

Acção **Socialista**

Nº 1247 - 29 Junho 2005

Director: Jorge Seguro Sanches Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



PUXAR POR SINTRA



www.puxarporsintra.com

EMANUEL MARTINS

*Em Oeiras
para vencer*



JOSÉ LUÍS CARNEIRO

*Por um
futuro melhor
em Baião*

José Luís Carneiro

15

SUPLEMENTO



E AINDA...

*Entrevistas com
Vieira da Silva
e Ascenso Simões*



ARRISCARMO-NOS A NÃO COMPREENDER

As primeiras reacções ao Orçamento Suplementar para 2005, designadamente das oposições, parecem revelar uma estranha incompreensão do que está realmente em causa na vida portuguesa. Por um momento, parece que muita gente se esqueceu do estranho Orçamento para 2005 apresentado pelo anterior governo. Onde estava a sustentabilidade financeira? Como era possível baixar impostos? Como era possível pagar com o fim dos benefícios fiscais em 2006 desagravamentos tributários em 2005? Onde estavam as verbas necessárias para fazer face às finalidades essenciais do Estado, como pagar aos funcionários públicos e solver compromissos do Serviço Nacional de Saúde e das caixas de pensões? Tal como aconteceu para o relatório sobre as Contas de 2001, a verdade é que também agora muito poucos leram, com olhos de ver, o relatório para a situação de 2005. Ora, se faltava dinheiro nas contas, como seria possível cumprir compromissos sem pôr um mínimo de verdade no exercício, evitando regressar à lógica dos cortes cegos? E lembremo-nos do que está no Programa de Estabilidade e Crescimento. Aí está o pano de fundo e a base, à luz dos quais terá de ser lido o Orçamento Suplementar agora apresentado. Daí a necessidade de abandonar o método dos comentários vagos de quem manifestamente não leu os documentos e agora se limita a considerações semelhantes às que faz um aluno cábula perante uma matéria que obviamente não estudou.

Comece-se por esclarecer que as apreciações que a Comissão Europeia fez sobre o Programa de Estabilidade e Crescimento representam a confirmação da correcção essencial deste documento. E se, relativamente à despesa, houve muitos comentadores a chamarem à atenção para os reparos técnicos da Comissão, a verdade é que aquilo para que foi chamada a atenção da administração financeira portuguesa tem a ver com algo de muito importante e óbvio: é que a consolidação orçamental a médio prazo obriga, desde já (e em 2005) a resultados palpáveis e efectivos na redução da despesa corrente primária. E o certo é que o PEC e o Orçamento suplementar apontam no mesmo sentido correcto. Deverá haver, por isso, já em 2005 resultados na redução da despesa corrente primária. E há condições concretas para começar desde já no sentido dessa disciplina. Desenganem-se, pois, aqueles que julgam ver um qualquer sinal de aumento da despesa corrente primária no novo documento. Não se confunda a regularização do que não estava devidamente previsto no Orçamento para 2005 com um qualquer sinal de menor disciplina financeira. E aí deverá caber um papel acrescido de controlo e acompanhamento à Assembleia da República e ao Tribunal de Contas, que deverão funcionar como aliados do Governo no esforço nacional e patriótico de consolidação das finanças públicas.

Há incógnitas por responder? Há e diversas, com efeito. Iremos ou não ter um novo choque petrolífero, como muitos analistas referiram na última semana? Poderemos vir a atingir um preço do barril próximo do de 1979? E quanto ao combate à fraude e evasão fiscais, bem como à eficiência tributária, será possível atingir os desejados 500 milhões de euros já em 2005? E quanto ao regresso dos capitais e à criação de incentivos com esse fim? É certo que os efeitos neste ponto serão sempre limitados, em virtude da disparidade de regimes fiscais na União Europeia. De qualquer modo, a entrada em vigor da nova directiva sobre a poupança no espaço da União Europeia poderá facilitar as coisas. E as privatizações? Terá de ser feito aqui um esforço especial, apesar de ter de haver mil cautelas, para salvaguardar o interesse público e o bem comum. Eis por que razão deverá fazer-se uma leitura rigorosa do Orçamento suplementar para 2005. Não basta ler os números. É necessário ligar três níveis de acção: o cumprimento dos compromissos do PEC, a mobilização da Administração fiscal no sentido da melhoria da eficiência do combate à fraude e evasão fiscais e a articulação de instrumentos e instituições no sentido da maior transparência e verdade orçamentais.

Acontece, porém, que este Orçamento suplementar só produzirá efeitos positivos se for colocado ao serviço dos objectivos e prioridades nacionais da governação: crescimento económico, emprego e consolidação das finanças públicas. Daí ser essencial a ligação à economia real e à iniciativa empresarial. Mais do que de discursos ou de pequenas ideias precisamos de capacidade para correr riscos e para inovar. Precisamos de ir para novos mercados – como os do centro e do leste da Europa. Precisamos de apostar na qualidade dos nossos bens e serviços. Precisamos de alianças internacionais que favoreçam a penetração junto de clientes a que normalmente não chegamos. Ora, nada disto se faz com teorias, mas com acção. Daí a importância das inovações tecnológicas, da formação, da qualificação e da relevância das formações escolares e profissionais. E quanto ao emprego? Teremos de ligar o crescimento e a riqueza à criação de empregos de qualidade – a começar nos jovens. Daí que tenhamos de dar mais atenção à demografia, à mobilidade e a novas formas de actividade para os trabalhadores com maior idade e experiência. Só a partir desta preocupação com a criação de riqueza poderemos pensar em ter contas mais sãs e mais verdadeiras, mais equilibradas e mais coerentes numa ligação plurianual à estabilização cíclica.

Se não tivermos presente o acaba de ser dito, arriscamo-nos a nada compreender. E se tal acontecer, continuaremos a ter de voltar sempre à vaca fria, que o mesmo é dizer, teremos de voltar a concluir que a consolidação orçamental continua por fazer...



GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS

AGENDA AUTÁRQUICAS 2005

30 de Junho – 20h00 – Ourique

Apresentação de Candidatura Pedro do Carmo

1 de Julho – Santo Tirso

Jantar de apresentação da candidatura de Castro Fernandes.

1 de Julho – Penamacor

Jantar de apresentação da candidatura de Domingos Torrão.

2 de Julho – Sátão

Apresentação Pública da Candidatura Autárquica do concelho de Sátão, com a presença de José Junqueiro.

2 de Julho – Fundão

Apresentação pública da candidatura de Conceição Martins com a presença de Almeida Santos

2 de Julho – Fundão

Apresentação da candidatura de Conceição Martins com a presença de Almeida Santos

3 de Julho – Esposende

Convenção Autárquica para apresentação dos candidatos do distrito de Braga, com a presença de Vitalino Canas

5 de Julho – Oeiras

Jantar de apresentação da candidatura de Emanuel Martins. Jantar na Escola Secundária de Miraflores – Av. Norton de Matos.

7 de Julho – 20h00 – Setúbal

Clube Naval Setubalense – Apresentação da candidatura de Catarino Costa, com a presença de Jorge Coelho

7 de Julho – Ourique

Apresentação da candidatura de Pedro Carmo com a presença de Carlos Zorrinho

8 de Julho – 17h30 – Montijo

Apresentação pública da candidatura de Maria Amélia Antunes, com a presença de Jorge Coelho

8 de Julho – 20h30 – Vila Franca de Xira

Pavilhão do Cevadeiro – Apresentação pública da candidatura de Maria da Luz Rosinha, com a presença de Jorge Coelho

9 de Julho – 18h30 – Albufeira

Convenção autárquica para apresentação de todos os candidatos ao distrito de Faro

9 de Julho – 17h30 – Moncorvo

Apresentação da candidatura de Aires Ferreira, com a presença de Jorge Coelho

9 de Julho – 19h30 – Mogadouro

Apresentação da candidatura de Francisco Pires, com a presença de Jorge Coelho

9 de Julho – 17h00 – Figueira de Castelo Rodrigo

Apresentação da candidatura de Carlos Panta com a presença de Jaime Silva

10 de Julho – 14h30 – Vila Real

Barragem de Vila Pouca de Aguiar – Convenção Autárquica Distrital para apresentação dos candidatos do distrito, com a participação de Jorge Coelho

13 de Julho – Leiria

Apresentação da Candidatura de Raul Castro.

15 de Julho – Marinha Grande

Apresentação da candidatura de João Paulo Pedroso com a presença de Augusto Santos Silva

15 de Julho – Caminha

Apresentação de candidatura de Amílcar Guedes Losa

16 de Julho – 18h30 – Albufeira

Convenção autárquica com a apresentação de candidatos com a presença de Correia de Campos

16 de Julho – 20h00 – Vila Nova de Poiares

Apresentação da candidatura de António Miguel com a presença de Rui Gonçalves

17 de Julho – Vale de Cambra

Apresentação de candidatos.

24 de Julho – Fornos de Algodres

Apresentação da candidatura de António Elvas da Rocha

6 de Setembro – Loures

Apresentação da candidatura de Carlos Teixeira

17 de Setembro – 15h00 – Porto

Pavilhão Rosa Mota – Convenção Nacional Autárquica, com a participação do secretário-geral, José Sócrates

18 de Setembro – 13h00 – Caldas da Rainha

Almoço de apresentação da candidatura de António Galamba, com a presença de Jorge Coelho

VIEIRA DA SILVA

"O COMBATE AO DESEMPREGO TEM DE IR MAIS LONGE!"

José António Vieira da Silva tem nas suas mãos uma das tarefas mais emblemáticas para os socialistas portugueses. O combate ao desemprego muito mais que uma demonstração estatística é um factor determinante na qualidade de vida dos portugueses assumindo para os socialistas um autêntico desígnio na acção política.

O desemprego constitui hoje uma preocupação prioritária para os portugueses e o combate a este flagelo social foi uma das promessas de campanha do PS. Qual a estratégia do governo para esta área?

A recuperação desta situação difícil depende fundamentalmente do investimento, das empresas e do crescimento económico. São pois estes os objectivos centrais da nossa política económica, e para os quais já apresentámos ou vamos apresentar um amplo conjunto de medidas, como o Programa de Investimentos Prioritários. Mas entendemos que o combate ao desemprego tem de ir mais longe, pelo que a nossa estratégia compreende três outras frentes:

- Uma **acção preventiva junto das empresas**, em especial daquelas em dificuldades para responderem aos desafios da globalização e à conjuntura económica desfavorável. Salvar o que puder ser salvo, mas sem desperdiçar recursos no que não se justificar.
- Uma **intervenção também preventiva e precoce junto das pessoas**, apostando no reforço das suas qualificações e na sustentabilidade e sucesso no seio do mercado de trabalho, designadamente através da formação dos jovens e dos empregados;
- E uma **acção reparadora** para aqueles que já se encontram na situação de desemprego, apostando sobretudo nas medidas de política que se tem revelado mais eficazes no apoio à sua inserção profissional.

Quais as medidas que o Governo e, em particular o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social (MTSS), já tomou e irá tomar para concretizar essa estratégia?

No plano da intervenção preventiva junto das empresas o Governo criou e pôs em



funcionamento o Gabinete de Intervenção Integrada para a Reestruturação Empresarial (AGiIRE), enquanto estrutura de coordenação dos instrumentos públicos de apoio às empresas que estão sob tutela de diversos ministérios. Compete a esta estrutura conceber as soluções à medida de cada caso, mobilizando de modo coerente e integrado esses instrumentos. É neste âmbito que irão funcionar os Núcleos de Intervenção Rápida e Personalizada e os Centros de Emprego Móvel, de forma a assegurar uma resposta pronta e próxima das políticas de emprego e de protecção social.

Quanto à acção preventiva e precoce junto das pessoas, estamos convencidos que a formação, inicial e contínua, é estratégica para o desenvolvimento sustentável do emprego, devido aos baixos níveis de qualificação da nossa população. Temos de formar mais e melhor, formar mais dentro das empresas e formar para novas competências, estimulando a inovação e o espírito empreendedor. É neste sentido que a oferta do serviço público de emprego está a ser reorientada. Refira-se também a aposta que fazemos nos estágios profissionais para as novas gerações, como forma de aproximar os jovens das empresas. Já lançamos o programa de colocação em PME's de 1.000 para licenciados nas áreas da tecnologia e inovação (INOV-JOVEM), e temos o compromisso de até ao final da legislatura proporcionar todos anualmente 25.000 estágios.

Estamos ainda fortemente empenhados em reforçar a intervenção reparadora das políticas de emprego. Assumimos, por isso, o compromisso de, até final de 2006, nenhum desempregado ficar mais de um mês à espera de começar a receber o subsídio a que tiver direito. Hoje o tempo médio de atribuição desse subsídio situa-se nos 44 dias. Apostamos também na mobilização de todos os instrumentos das políticas sociais e de emprego, em particular nas medidas de estímulo à criação do próprio emprego ou empresa, no desenvolvimento da economia social, no micro-crédito e no reforço dos apoios à reconversão profissional.

O programa do Governo elege a qualificação dos nossos recursos humanos como um dos seus eixos prioritários de intervenção, designadamente no âmbito do Plano Tecnológico. Dadas as competências específicas do MTSS neste domínio, que acções estão em curso para responder a essa prioridade?

A estratégia do MTSS no domínio da qualificação assenta essencialmente no relançamento da aplicação de dois compromissos nucleares do Acordo de Concertação Social de 2001, assinado pelo anterior Governo Socialista com todos os parceiros sociais, mas esquecidos pela maioria PSD/PP: São estes a "cláusula de formação para jovens", destinada a garantir que o emprego precoce de hoje não é factor da redução da empregabilidade no futuro; e o "mínimo anual de formação", que visa garantir um reforço básico das condições de empregabilidade de todos os que trabalham em Portugal. É neste sentido que em Setembro iremos efectuar com os parceiros sociais uma avaliação do Acordo, bem como perspectivar os desenvolvimentos futuros à luz da negociação do próximo Quadro Comunitário de Apoio.

Outra grande área de actuação do MTSS no campo do emprego é a que se prende com as relações laborais e, em particular, com as questões da revisão do Código do Trabalho. Quais as prioridades de actuação nesta área?

A acção do Governo cumpre o prometido no programa eleitoral. Não revogámos o Código do Trabalho, mas estamos a trabalhar para, em concertação com os parceiros sociais, promover a sua reforma em duas etapas complementares. Em primeiro lugar, de forma mais urgente, tendo em vista desbloquear a crise da contratação colectiva induzida pelo Código do Trabalho. Em segundo lugar, revendo-o mais aprofundadamente, tendo por base as propostas do PS apresentadas na Assembleia da República e ainda a avaliação que estamos a promover desse regime legal.

OPINIÃO

CORAGEM, FRONTALIDADE E TRANSPARÊNCIA DEMOCRÁTICA!

Em três anos de actividade governativa [PSD] apenas três diplomas foram aprovados pela Assembleia da República sobre a então tão assumida promessa de tudo reformar em nome da recuperação da capacidade competitiva do nosso país



ANTÓNIO GAMEIRO

O secretário-geral do PS assumiu frontal e firmemente na Assembleia da República e perante os portugueses, que o Governo está encetar um programa de reestruturação e modernização da Administração Pública, desse vasto e profundo conjunto de medidas então enunciadas, discutimos na semana passada as alterações propostas ao Estatuto do pessoal dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado, enquanto primeiro passo para introduzir mais transparência, justiça, verdade e dignidade ao estatuto dos dirigentes da Administração Pública.

Esta proposta do Governo encerra em si e concretiza eficazmente a filosofia da mudança protagonizada pelo Governo na área da organização, da liderança e da responsabilidade.

Todavia, há que recordá-lo, o anterior Governo do PSD e do CDS/PP muito pregaram nesta matéria, mas muito pouco fizeram. Em três anos de actividade governativa apenas três diplomas foram aprovados pela Assembleia da República sobre a então tão assumida promessa de tudo reformar em nome da recuperação da capacidade competitiva do nosso país.

Nesta matéria importa enquadrar que a proposta do Governo assume desde logo três desígnios fundamentais que urge alterar em nome de outros tantos valores democráticos:

- a) TRANSPARÊNCIA:** Esta proposta determina uma clarificação de quais os cargos dirigentes cujo provimento se fará por escolha, apenas os de direcção superior e aqueles em que se recorrerá a um procedimento concursal que, assenta em premissas de celeridade no recrutamento aliados à garantia de transparência e independência da nomeação para os de direcção intermédia;
- b) ESTABILIDADE:** Face à prática de nomeações em catadupa por governos de gestão, foi assumido em campanha eleitoral e mandatado o PS pelo voto expresso da maioria dos portugueses para alterar tão inqualificável comportamento, que bem pôs a nu algumas das falhas do nosso regime legal nesta matéria. Esta realidade é alterada e o PS e o seu Governo com coragem assumem esta imposição dos valores democráticos e da mais sentida cidadania. Por outro lado, esta proposta de Lei do Governo cumpre também a promessa de distinção dos cargos de direcção superior, entre aqueles que mantêm autonomia quanto às mudanças eleitorais e os restantes, cujos dirigentes cessam automaticamente funções pela mudança de Governo. Pretende-se com este novo regime, reforçar as condições de estabilidade das Administrações Públicas e da eficiência do seu funcionamento, restringindo-se os cargos sujeitos a variações de natureza eleitoral. Neste sentido, os cargos de secretário-geral ficam exclusivamente reservados a funcionários públicos, em razão das particulares responsabilidades atribuídas a essas funções.
- c) QUALIDADE DA GESTÃO:** Prevê-se agora, que os diplomas orgânicos ou estatutários dos serviços e organismos cujas atribuições tenham natureza predominantemente técnica adoptem particular exigência na definição da área de recrutamento dos respectivos dirigentes, tendo em vista a sua autonomia face às mudanças eleitorais. Neste sentido, limitam-se os casos em que, no decurso da comissão de serviço, esta pode ser dada como finda, consagrando uma maior objectivação das causas de tal hipótese poder vir a ocorrer e impondo que o respectivo dirigente seja previamente ouvido. Face a estas medidas de qualificação das condições de desempenho e de qualificação e responsabilização da gestão pública, acresce que é introduzida uma medida fundamental, reclamada, aliás, por todos os sectores da sociedade e constante do Programa de Governo. É a chamada Carta de Missão, documento que constituirá a base de avaliação regular do desempenho do próprio dirigente, sendo que o seu incumprimento determinará a não renovação da comissão de serviço ou mesmo, a respectiva cessação antecipada e que pode, igualmente ser tida como um factor determinante de poupança na Administração Pública.

Esta medida legislativa, encerra em si um simbolismo muito significativo para nós e para todos os portugueses. Estas medidas são o cumprimento do prometido e a execução rigorosa do Programa de Governo sufragado a 20 de Fevereiro deste ano, são o melhor exemplo de transparência, coragem e vontade de reformar o Estado e as suas administrações, de forma frontal e aberta e em diálogo com todos os que queiram melhorar as soluções encontradas sem desvirtuar a filosofia de aprofundamento da transparência democrática na Administração Pública.

NOVOS DESAFIOS PARA A EUROPA

A construção europeia, numa lógica política pluripartidária, democrática, social, em liberdade e em paz será sempre um processo difícil, que dependerá muito da acção dos responsáveis políticos e, naturalmente, dos cidadãos.

Nos passados dias 16 e 17, em Bruxelas, no Conselho Europeu dois assuntos importantes integravam a Ordem de Trabalhos da Reunião: a questão do Tratado Constitucional e as Perspectivas Financeiras para a União no período 2007-2013.

Quer na questão do Tratado Constitucional, quer na das Perspectivas Financeiras 2007-2013, a posição de Portugal foi então claramente exprimida. No que respeita ao tratado a sua evolução dependeria da reflexão conjunta que viesse a ser feita pelos 25 Estados-Membros da União e do diálogo subsequente que se estabelecesse sobre a matéria. No que tange às perspectivas financeiras o acordo dependeria fundamentalmente, como se verificou, da disponibilidade para as necessárias cedências por parte da Grã-Bretanha no que toca ao seu famigerado cheque e por parte da França e dos Países da PAC no que toca ao respectivo envelope financeiro.

O Governo português partiu para esta reunião ao mais alto nível e com uma forte determinação do primeiro-ministro em obter um envelope financeiro bom, para o período de 2007-2013, apesar do difícil contexto financeiro atenta a diminuição das receitas provocada por um lado pelo alargamento, por outro de posições de recuo de contribuintes líquidos, nomeadamente da Alemanha. Foi notório que o Governo português fez e bem o seu trabalho: apresentou à União o seu Programa de Estabilidade e Crescimento, elaborou e apresentou as suas propostas à presidência luxemburguesa, negociou dura e aturadamente, pôs a funcionar a diplomacia e realizou reuniões parcelares com outros chefes de Governos. O caso português, finalmente, foi compreendido e depois de uma previsão inicial de redução do envelope financeiro em cerca de 35 por cento relativamente ao III QCA, o Governo Português logrou obter acordo sobre o envelope financeiro total para Portugal de 21.308 milhões de euros, representando uma redução de apenas 15 por cento, o que era manifestamente bom atentas as novas circunstâncias e o facto de, em Portugal, haver já regiões fora do objectivo 1. da convergência. A verdade é que e apesar de tanto empenho, infelizmente para Portugal e para os europeus, não houve acordo. Resulta claro que a crise se instalou e ainda é cedo para se alcançar a sua dimensão.

Esta crise, porém, ao contrário daquilo que alguns pretendem não é o fim da União, nem o será. A construção europeia, numa lógica política pluripartidária, democrática, social, em liberdade e em paz será sempre um processo difícil, que dependerá muito da acção dos responsáveis políticos e, naturalmente, dos cidadãos. Já houve outras crises que foram superadas e esta também o será, porque também essa é a necessidade dos europeus. A necessidade de uma Europa política e economicamente forte, para responder aos novos desafios e socialmente coesa para dar bem-estar e felicidade aos seus cidadãos.

De resto, sublinhe-se, o PS é genéticamente europeísta e este é um dos grandes legados de Mário Soares ao qual estamos vinculados e pelo qual nos bateremos, porque esse é o interesse de Portugal e essa é uma das lições da nossa história.

A construção europeia é um desígnio e um objectivo para Portugal e no qual o Partido Socialista continuará profundamente empenhado, sem tibieza, sem calculismos táticos ou circunstanciais. Apesar do "não" nos referendos da França e da Holanda, que, no Conselho Europeu, prudentemente aconselhou os líderes dos 25 da União a um adiamento, não deixaremos de considerar que o Tratado Constitucional a referendar dá resposta, no essencial, à nova realidade do alargamento, à necessidade de uma Europa política e economicamente mais forte e socialmente coesa e avançada. Por isso, estamos seguros de que o fracasso do Conselho Europeu de Bruxelas para o qual, de resto, Portugal em nada contribuiu, servirá como já anunciou José Sócrates, para reflectir, alargar e aprofundar o debate, eventualmente corrigir metodologias e "melhorar o que está mal", como afirmou o nosso primeiro-ministro. Poderá e deverá servir também para definir a Europa, saber-se o que se quer dela e, finalmente, apontar-lhe um rumo seguro.

Nos próximos seis meses, vamos ter a presidência britânica da União e o Trabalhista e primeiro-ministro Tony Blair a Presidir ao Conselho da União. São grandes as esperanças numa acção decisiva que desbloqueie o Tratado Constitucional e as Perspectivas Financeiras para 2007-2013. Tony Blair acaba de se confessar "defensor e apaixonado da causa europeia" e de dar sinais de que irá mobilizar os responsáveis políticos dos 25 para superar esta crise e encontrar o rumo certo para a Europa.

O fracasso da União seria péssimo para a Europa e desastroso para Portugal. Por isso, os socialistas devem estar sempre disponíveis para travar este combate por uma União Europeia política, económica e socialmente coesa e forte.



ARMANDO FRANÇA

OPINIÃO

ALTERADA A TAXA DO IVA

O Governo viu aprovada a subida da taxa do IVA. Para o ministro das Finanças a preocupação é combater a deterioração financeira da Segurança Social e da Caixa Geral de Aposentações.

O Parlamento aprovou o aumento da taxa do IVA de 19 para 21 por cento. A medida vai entrar em vigor já no próximo dia 1 de Julho de 2005.

Com a aprovação desta medida, que segundo o Governo visa reduzir o défice orçamental, ou se se quiser, "limitar o crescimento do défice público português," como vem repetindo Campos e Cunha desde há alguns meses, o Executivo espera arrecadar perto de 400 milhões de euros ainda este ano e cerca de 500 milhões em 2006.

Estes dois pontos percentuais da taxa do IVA ficam, como estava determinado na proposta do Governo, consignados ao financiamento da Segurança Social e à Caixa Geral de Aposentações até 31 de Dezembro de 2009.

O ministro das Finanças repetiu durante a discussão e aprovação desta lei no Parlamento, no passado dia 16 de Junho, que a medida ficará em vigor, como referiu, "pelo menos até ao final da actual legislatura", em 2009, cabendo ao próximo Governo continuar ou não com a medida. Os partidos da oposição votaram unanimemente contra esta nova subida do IVA, três anos depois, recorde-se, de PSD e CDS-PP terem viabilizado a subida desta mesma taxa de 17 para 19 por cento. Os partidos da direita co-responsáveis pelo anterior Executivo e autores de uma subida do IVA em dois pontos percentuais, exactamente a mesma que agora se regista, e ao invés do que sustentaram anteriormente, vêm agora catalogar a nova lei de "anti-social". Para o PS, que na altura, tal como agora o fez toda a oposição, também votou contra a subida do IVA, as razões que hoje estão subjacentes à nova mexida no código do IVA são substancialmente diferentes das então adiantadas pelo Governo de Durão Barroso.

Hoje, como por repetidas vezes tem vindo a lembrar o primeiro-ministro, José Sócrates, o défice público não é de quatro ou cinco por cento, como inicialmente se previa, mas de quase sete pontos percentuais, cenário que altera por completo um conjunto de promessas com que o PS e os seus responsáveis



políticos se apresentaram ao eleitorado. Como referiu Campos e Cunha, trata-se agora de ajudar ao equilíbrio das contas públicas e salvaguardar os compromissos que o país tem assumido no quadro da União Económica e Monetária. A subida na taxa do IVA fica, depois de aprovada pela maioria, em 21 por cento no Continente passando de 13 para 15 por cento nas Regiões Autónomas.

As razões de um aumento

Durante a apresentação das alterações do código do IVA, Luís Campos e Cunha recordou aos deputados que o actual Governo, como qualquer outro que queira ser sério e responsável, não aumenta impostos por birra ou por má disposição. Lembrou contudo que perante o quadro macroeconómico e financeiro que o actual Governo herdou, seria irrealista que não houvesse uma atitude séria perante o panorama das finanças públicas com que o país se defronta. Para o ministro responsável pela pasta das Finanças, não é realista no horizonte desta legislatura pensar-se que se poderá reduzir o défice público sem um aumento das receitas fiscais. Lembrou, aliás, que no Programa de Estabilidade e Crescimento, a que o país se vinculou, estão previstas subidas do peso das receitas fiscais e das contribuições sociais de 37,5 por cento para 39,7 por cento do PIB entre este o presente ano e 2009. Mas nem tudo, como fez questão de lembrar, na nova carga fiscal representa um aumento directo de impostos. Mais de um terço do volume destas subidas das receitas fiscais provém do fim de benefícios injustificados ou da luta contra a fraude e evasão fiscais. Mas se estes ajustes constituem medidas

indispensáveis para que se possa desde já começar a arrumar a casa, a maior contribuição, como reconhece o ministro das Finanças, provém do esforço que o Governo conseguir empreender no sentido da consolidação da redução da despesa corrente primária. Recorde-se que as receitas correntes aumentaram 1,9 por cento do PIB, enquanto aquelas despesas caem 2,5 por cento do PIB.

Para Campos e Cunha, existe uma substancial diferença entre este e o anterior Governo: "Nós temos um pacote de medidas para quatro anos que atacam o problema das contas públicas de frente e com coragem, e que ao contrário dos nossos antecessores, não pretendem mascarar o problema que temos entre mãos".

Ao invés, os governos de direita liderados por Durão Barroso e Santana Lopes acharam por bem recorrer ao expediente das receitas extraordinárias, medida que na opinião do ministro das Finanças "nada soluciona, e que bem pelo contrário se limita a empurrar os problemas para o futuro". Para Campos e Cunha, a melhor maneira de proteger os estratos populacionais mais débeis do ponto de vista económico, é haver um Estado social forte cujas políticas e os meios ao seu alcance sejam sustentados. Só deste modo, defende, será possível perspectivar a médio e longo prazo políticas de carácter social sérias e competitivas.

Quanto à crítica também ouvida de que a subida da taxa do IVA vai prejudicar a competitividade das empresas nacionais, Campos e Cunha discorda, lembrando que as empresas portuguesas quando exportam o fazem sem estarem sujeitas ao pagamento do IVA.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

MULHERES SOCIALISTAS

COMISSÃO TÉCNICA ELEITORAL ATRIBUI VITÓRIA A SÓNIA FERTUZINHOS

Segundo os dados homologados pela Comissão Técnica Eleitoral, Sónia Fertuzinhos foi reeleita presidente das Mulheres Socialistas. A lista B, encabeçada pela camarada Maria Manuela Augusto, recorreu da decisão, impugnando os resultados para a Comissão Nacional de

Jurisdicção do PS.

Em comunicado, a Comissão Técnica Eleitoral declara que a lista A, de Sónia Fertuzinhos, venceu as eleições, que decorreram nos dias 3 e 4 de Junho, com 50,4 por cento dos votos, contra 49,6 por cento da lista B, liderada por Maria Manuela Augusto.

O comunicado precisa que a lista A ganhou nas federações de Beja, Braga, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Portalegre, Santarém, Setúbal, Madeira e Benelux, enquanto a lista B venceu em Aveiro, Castelo Branco, FAUL, Porto, Viana do Castelo, Vila Real, Viseu, Açores e França.

PROTEGER OS CIDADÃOS, ACAUTELAR OS SEUS BENS E SALVAR A FLORESTA

Ascenso Simões é uma das caras novas do Governo. Não é, todavia, um rosto desconhecido para todos os socialistas que desde há muito o conhecem como um dos jovens quadros que Trás-os-Montes e o Alto Douro puseram ao serviço da política e do serviço público. A palavra ao secretário de Estado da Administração Interna que nos últimos meses tem colocado todo o seu esforço e dedicação à preparação do combate aos incêndios florestais em Portugal.

O ministro da Administração Interna delegou-lhe funções em matéria da Protecção Civil e dos Bombeiros. Em que situação encontrou estas áreas?

Quando chegámos ao Ministério uma das primeiras preocupações foi saber o que estava feito e preparado para o combate aos fogos florestais, sabendo nós que os últimos anos foram dramáticos para o País e que tal situação tinha de ser enfrentada com rigor, profissionalismo e sentido de Estado. Nessa medida promoveram-se reuniões entre os diferentes ministérios que estão envolvidos por força das suas competências no combate a este flagelo que mobiliza, todos os anos, a opinião pública. Assim além do Ministério da Administração Interna estiveram envolvidos os Ministérios da Defesa, da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Florestas e o do Ambiente, Ordenamento do Território e Desenvolvimento Regional na definição de uma orientação política para preparação da época dos incêndios florestais.

A necessidade de uma política de integração ao nível das acções de prevenção e de combate levou a um trabalho conjunto da Secretaria de Estado da Administração Interna com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e Florestas.

Da primeira avaliação que fizemos da situação verificámos que havia um défice claro no comando das operações e pareceu-nos necessário actuar garantindo que passasse a existir um comando único. Nessa medida o Governo, através de uma resolução do Conselho de Ministros, tomou a decisão de criar uma Autoridade Nacional para os Incêndios Florestais com a capacidade de planeamento e de coordenação de acções que permitissem a integração de todos os agentes nas operações de vigilância, aviso, detecção, alerta, combate e rescaldo aos incêndios florestais. Garantiu-se, assim, uma liderança e comando eficaz e integrado. Nesta perspectiva e perante a situação climática excepcional que vivemos este ano o Governo decidiu antecipar a chamada época de incêndios florestais para o dia 15 de Maio e com esta medida colocaram-se no terreno as condições

necessárias para o ataque aos fogos em situação nascente, através da constituição dos GPI, grupos de primeira intervenção. Promoveu-se e reforçou-se a componente de vigilância na floresta, cancelou-se a medida do Governo anterior que previa a tributação em sede de IRS das compensações auferidas pelos bombeiros no âmbito da sua missão de combate aos fogos florestais, foi desbloqueado o dinheiro para o pagamento de despesas assumidas com a reposição de equipamentos danificados na época de 2004 e com o pagamento dos combustíveis referentes ao mesmo ano. Portanto o Governo, sem questionar o trabalho que anteriormente estava feito, avançou com as medidas necessárias para se enfrentar, com eficácia, este flagelo.

Estas são as medidas com que o Governo pensa resolver o problema dos incêndios florestais?

Em três meses tomámos todas estas medidas. A urgência da situação assim nos obrigava. Mas é importante ter presente que a criação da Autoridade Nacional para os Incêndios Florestais tem como responsabilidade primeira a apresentação, até ao próximo dia 31 de Outubro, de um relatório final de actividade em que se reportem as principais dificuldades no decurso da sua missão, os estrangulamentos e debilidades bem como as oportunidades que decorram da intervenção das diferentes entidades envolvidas. Neste relatório deverá ser feita uma avaliação rigorosa e apresentadas recomendações para o futuro. A problemática dos incêndios florestais é inter-sectorial e por isso as políticas a seguir devem ser, em primeiro lugar, as que se prendem com a gestão do território e com a prevenção. A este propósito é importante a acção do Ministro da Agricultura que acaba de ter uma vitória no último Conselho Europeu. Os recursos acrescidos com que Portugal passará a contar recolocam a questão da floresta na ordem do dia.

No combate aos incêndios florestais existe sempre uma questão recorrente que se prende com os meios aéreos?

É verdade. As pessoas têm a convicção



que os fogos se apagam com os meios aéreos. Em rigor estes meios são complementares. Os incêndios apagam-se quando estão no início e, portanto, o fundamental é a necessidade de uma detecção atempada e eficaz que permita uma intervenção rápida das equipas de sapadores ou de bombeiros. Portugal é um país com poucos recursos e nessa medida não se pode dar ao luxo de esbanjar meios, por isso temos de ser muito rigorosos, a situação de seca que vivemos obrigou-nos a repensar os meios aéreos que podíamos usar. Inicialmente estavam previstos aviões que não conseguiriam realizar o seu reabastecimento porque o nível das águas das albufeiras o não permite. Mesmo assim podemos afirmar que os meios aéreos disponíveis, este ano, são muito superiores aos de anos anteriores e são os adequados ao tempo de seca que vivemos.

O problema dos meios adstritos ao combate aos fogos florestais não tem a ver, unicamente, com meios aéreos. Há também o problema das comunicações que é muito importante para as acções no teatro de operações e aí o Governo fez este ano um investimento significativo no sentido de equipar cerca de 1200 viaturas integradas na força operacional que vai combater os fogos florestais de 2005 garantindo melhores condições de operacionalidade. Também ao nível de viaturas há, este ano, pela primeira vez desde 2001, um reforço substancial do orçamento para aquisição de autotanques e carros de intervenção florestal.

Qual tem sido a reacção do sector ao plano do Governo?

Temos feito reuniões, em todo o país com os Governadores Cívicos, os Presidentes de Câmara, os Comandantes Operacionais Distritais e com os

Comandantes dos Corpos de Bombeiros para se estabelecer um diálogo fluido entre toda a estrutura de intervenção e o conhecimento claro dos responsáveis pelos diferentes níveis de intervenção. A estrutura de protecção civil e a relação hierárquica entre "comandamentos" são fundamentais. Por isso devem ser conhecidas para serem respeitadas. Só assim se criam as condições para uma profícua intervenção no terreno obrigando-se cada um a assumir as suas responsabilidades.

E qual tem sido a reacção dos presentes?

As reuniões têm decorrido de forma muito positiva, permitindo aos Comandantes dos Corpos de Bombeiros colocar as suas preocupações e necessidades, e garantir a todos os participantes no combate aos Fogos Florestais o conhecimento dos respectivos Planos Nacional e Distrital previstos para o combate deste ano. Quisemos que a informação sobre os meios que vão estar disponíveis e sobre os planos de intervenção fossem do conhecimento das diferentes entidades participantes das operações de combate aos fogos florestais, por isso foi feita uma reunião com as autoridades distritais e concelhias de protecção civil. Um esforço que pensamos ter um saldo claramente positivo e potenciador de um melhor entrosamento de toda a estrutura.

E, em concreto, quais os meios que estão previstos para este ano?

Como tenho vindo a referir houve um trabalho muito importante feito em colaboração com todos os serviços no sentido de se concertarem as soluções e as acções.

Nesta perspectiva e, tendo em atenção,

as condições climáticas adversas, foi criado o dispositivo constituído por 4.150 homens (3626 em 2004) integrando o sistema de combate, 49 meios aéreos (38 em 2004) constituídos por aviões e helicópteros e ainda cerca de 1300 veículos. Foi ainda valorizado sistema de comunicações em banda alta que permitirá o uso autónomo de canais para cada TO. A tudo isto podem somar-se as campanhas de sensibilização da população para o risco de incêndios – outdoors junto das matas de maior risco, informação à Comunicação Social diária da perigosidade de risco de incêndio, e uma detecção composta por 264 postos de vigia fixos a somar aos meios de vigilância móveis das autarquias, das associações e de empresas. O voluntariado jovem é uma das novidades desta campanha. Cabe referir que a forma como foi recebido este projecto da SEJD levará, necessariamente, o governo a reforçar este programa em anos próximos.

Perante todos estes dados podemos confiar numa melhoria da situação este ano?

Infelizmente a situação não depende só dos meios, nem da nossa vontade. Depende de vários factores que nos são exógenos e que não podemos controlar. No entanto o esforço que fizemos, a mobilização e o empenhamento que sentimos em todos os que combatem os fogos florestais, poderão, certamente, contribuir para uma melhor intervenção. Os nossos objectivos são – *proteger os cidadãos, acautelar os seus bens e salvar a floresta* – por esta ordem. Precisamos da colaboração de todos porque a floresta, o nosso espaço rural, as pessoas que lá vivem, merecem o nosso respeito e o nosso empenhamento, e o País não pode continuar a perder uma imensa riqueza todos os anos.

ASSISTÊNCIA NA DOENÇA NA PSP E GNR

No que diz respeito às principais propostas avançadas pelo Governo para os beneficiários das forças de segurança prevê-se a equiparação global à ADSE nos requisitos de acesso à condição de beneficiário familiar e a exclusão dos que sejam beneficiários titulares de outro sistema de assistência.

A revelação da verdadeira situação das contas públicas, após o relatório da Comissão Constâncio, tem trazido para a ribalta a multiplicação de regimes de privilégio na administração pública, quanto a aposentações, regimes de assistência na doença e outros. Esta tomada de consciência deve servir para o Governo tomar medidas que seriam, em qualquer caso, justas, mas que se tornaram também urgentes. É o caso dos subsistemas de saúde da PSP e GNR, que têm gerado e acumulado despesa bem além da dotação orçamental. No decorrer deste ano seria esperável uma despesa global superior a 130 milhões de Euros, sendo que do ano de 2004 transitou uma dívida de 67 milhões de Euros.

Este problema não é apenas financeiro: sobrecarregados com o peso das dívidas destes sistemas, PSP e GNR têm, ao longo dos anos, transferido para o pagamento destas dívidas verbas que deveriam ter sido aplicadas nos fins próprios da sua missão. A questão das dívidas do sistema de saúde tem, portanto, prejudicado a modernização e o desempenho da missão das forças de segurança.

Quais as razões para este descontrolo financeiro? Parte do problema vem do muito alargado universo de beneficiários familiares – bem mais alargado do que o universo correspondente na ADSE.

Para cerca de 44 mil guardas policiais, há um total de 230 mil beneficiários do sistema. O total de beneficiários inclui ex-cônjuges, filhos maiores a cargo sem limite de idade, e mesmo afins na linha recta (sogros) a cargo. Assim, e enquanto na ADSE os beneficiários familiares são cerca de 50% dos titulares, aqui essa percentagem é de 165%.

Além do universo de beneficiários, temos também um regime especialmente favorável de benefícios sem qualquer relação com as especificidades da função policial. Assim, por exemplo, para os aposentados, a comparticipação em medicamentos é de 100%, e abrange todos os familiares (sem excepção) do aposentado. Igualmente sem justificação é o acesso gratuito aos postos clínicos da PSP e GNR por parte dos familiares dos guardas e dos policiais. Finalmente, muitas tabelas de comparticipação não incluem limites aos número de actos comparticipáveis, pelo que se criam situações em que, para a mesma pessoa, é necessário pagar por ano uma dúzia de limpezas dentárias! Este regime gera, naturalmente, uma despesa elevadíssima: se o Estado gasta num ano, por funcionário público, cerca de 1000 euros com a assistência na doença, esse valor sobe para 2.200 euros no caso da PSP (sem incluir a despesa gerada pelos postos de saúde). Além disso, enquanto os funcionários públicos contribuem com 1% do seu vencimento para o seu serviço de saúde, na GNR e PSP essa comparticipação não existe.

Face a esta situação, o Governo apresentou um conjunto de propostas no sentido de tornar mais justo e mais económico o funcionamento do sistema – medidas que serão aplicadas, não só a estes subsistemas, mas também a outros que existem na esfera pública, nomeadamente nas forças armadas e na justiça.

No que diz respeito às principais propostas avançadas pelo Governo para os beneficiários das forças de segurança prevê-se a equiparação global à ADSE nas condições de acesso à condição de beneficiário familiar e a exclusão dos que sejam beneficiários titulares de outro sistema de assistência.

No atinente ao regime de benefícios, é proposta a equiparação ao regime da ADSE na comparticipação em medicamentos; adopção das tabelas da ADSE quanto à comparticipação em actos médicos no regime livre (com os respectivos limites de valor e limites de número de actos comparticipáveis); manutenção da autonomia de contratação de convenções com prestadores privados.

Finalmente, introduz-se, para o pessoal no activo, uma quotização idêntica à que é paga pelos restantes servidores do Estado (1%). Para o apoio à função operacional, continuarão a existir postos de saúde na GNR e PSP, mas a sua utilização será restrita ao pessoal no activo, precisamente para limitar a sua utilização às funções operacionais.

Em síntese, a revisão da assistência na doença na PSP e na GNR, assumindo assume carácter premente dada a situação das contas públicas actuais, é sobretudo matéria de primacial importância com vista a maior equidade social entre todos os funcionários do Estado, por um lado, e a orientação da despesa pública na forças de segurança para finalidades que efectivamente têm a ver com a segurança dos cidadãos.

FERNANDO ROCHA ANDRADE

OPINIÃO

DIA MUNDIAL DOS REFUGIADOS

GUTERRES APELA A NOVA ABORDAGEM INTERNACIONAL



A melhoria das condições de vida dos refugiados é a grande preocupação do alto-comissário das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), António Guterres, que escolheu o tema da “coragem” para assinalar o Dia Mundial do Refugiado (19 de Junho) que passou no Uganda.

Na mensagem que proferiu durante a sua visita a vários campos de refugiados localizados a norte daquele país africano, Guterres apelou à comunidade internacional para que adopte uma abordagem diferente relativamente ao problema dos requerentes de asilo, frisando que “os refugiados são vítimas do terrorismo e não terroristas”.

Durante a sua primeira missão desde que tomou posse no passado dia 15, o ACNUR manifestou evidente preocupação pelo facto das nações ricas estarem cada vez mais a confundir o problema dos refugiados com a imigração e o terrorismo. Aproveitando a ocasião para saudar a atitude “exemplar” assumida pelo Uganda

face aos refugiados sudaneses, Guterres vincou igualmente que, “ainda que cada refugiado tenha a sua própria história e viva o seu próprio drama, todos têm em comum uma coragem excepcional”.

“Infelizmente, porém, é cada vez mais difícil falar de segurança no mundo actual. Os países em desenvolvimento, que figuram entre os que têm menos condições para o fazer, são os que acolhem um maior número de refugiados”, explicou o ex-primeiro-ministro português. Numa crítica directa aos países industrializados, que “continuam a erigir barreiras que impõem controlos cada vez mais rigorosos em matéria de asilo”, o ACNUR sublinhou: “Temos, mais do que nunca, o dever de velar por que aqueles e aquelas que precisam de protecção internacional” recebam a ajuda de que necessitam.

Também o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, sublinhou no texto da sua mensagem que “perante um futuro incerto,

estas pessoas têm de se armar de uma coragem extraordinária para sobreviver e refazer a sua vida destruída”.

Para Annan, “o pessoal do ACNUR”, ao ajudar os refugiados “em alguns dos lugares mais difíceis e perigosos do mundo”, dá igualmente mostras de “coragem, uma coragem indubitavelmente inspirada pelas pessoas a quem prestam auxílio”.

Presente em 115 países, com cerca de seis mil funcionários, o ACNUR vai ter como “prioridade absoluta” proteger as mulheres e crianças que chegam aos campos da organização “sem nada e com traumas profundos”.

Para Guterres, este “é um elemento crucial da missão” do alto comissário, que na agenda dá especial atenção à situação que se vive no Sudão, cuja guerra civil no Darfur foi a principal causadora do aumento do número de pessoas “sob a competência” deste organismo das Nações Unidas.

JOSÉ ALBERTO ALVES É O NOVO LÍDER DA FEDERAÇÃO DO PS/BENELUX

A Federação do PS/Benelux, reunida em Congresso no passado dia 19 de Junho, em Bruxelas, confirmou a eleição de José Alberto Alves como seu presidente, ao aprovar por unanimidade a sua moção “Por um PS mais forte e representativo no Benelux”.

O documento traça duas linhas essenciais de actuação para o futuro trabalho da Federação: a promoção da cidadania e da participação nas comunidades dos países de acolhimento e em Portugal, nas vertentes económica, social, cultural,

política e cívica; a optimização do trabalho das Secções e da Federação, através de formas organizativas mais ágeis e mais flexíveis.

No discurso que proferiu no encerramento dos trabalhos do Congresso, que decorreu num clima de grande unidade, o novo presidente da Federação elogiou a acção de José Sócrates à frente do Governo, sublinhando “a coragem do primeiro-ministro para implementar em Portugal as reformas e as medidas necessárias ao controlo das despesas

públicas e ao aumento das receitas fiscais, de modo a fazer com que Portugal cresça de novo a um ritmo superior ao dos nossos parceiros, alcançado assim o nível de desenvolvimento tanto desejado”.

No XI Congresso, os delegados eleitos das secções de Bruxelas, Luxemburgo, Roterdão e Haia aprovaram ainda a moção “Reflectir, Dirigir e Agir”, apresentada pelo camarada Sérgio Ferreira Borges, da Secção do PS do Luxemburgo, com várias propostas de acções concretas destinadas a dinamizar as actividades da Federação.

JORNADAS PARLAMENTARES

REFORÇAR O PAPEL DE DEPUTADO

Subordinadas ao tema “Desenvolvimento e Solidariedade entre Gerações”, o grupo parlamentar socialista, reunido no Algarve, foi unânime na defesa de uma permanente articulação entre o Governo, o partido e o grupo parlamentar perspectivando, deste modo, uma sustentada e mais adequada estratégia de desenvolvimento para o país.

A primeira nota de relevo a retirar destas jornadas residiu no clima de grande unidade vivido durante todos os trabalhos pelo Grupo Parlamentar socialista, quer em relação ao apoio inequívoco demonstrado ao actual Governo liderado por José Sócrates, quer em relação ao entusiasmo que os participantes deram mostras no que respeita às políticas dinamizadas pelo Executivo e entretanto já anunciadas ao país.

Desenvolvimento, solidariedade entre gerações, crescimento, competitividade e produtividade, foram os temas centrais dos dois dias de trabalhos destas jornadas parlamentares.

Para o líder parlamentar, Alberto Martins, áreas como as finanças públicas e a política económica, não deixando de constituir temas da maior importância para o futuro do país, e por isso mesmo a mereceram especial atenção por parte do Governo e dos seus responsáveis, não podem nem devem perferir, em sua opinião, o alfa e o omega dos objectivos que verdadeiramente devem mobilizar os socialistas e o país em geral.

Para o presidente do grupo parlamentar, estes assuntos não devem constituir um fim em si mesmo, mas instrumentos que fazem a objectivos de maior alcance que passam pelo crescimento, competitividade e produtividade, o que pressupõe, como defendeu Alberto Martins, “a redução das desigualdades sociais e a promoção da qualidade de vida dos portugueses”.

Depois de ter mostrado compreensão pelo facto de a principal inquietação que tem vindo a acompanhar a população ter andado no último mês sobretudo à volta do anúncio das medidas governamentais sobre a contenção da despesa pública – um país que gasta 6,83 por cento a mais do que daquilo que consegue arrecadar dificilmente poderá satisfazer as suas obrigações, nomeadamente as de âmbito social –, o líder parlamentar socialista justificou que outra atitude não poderia ter tido lugar por parte do Governo do que encarar de frente e de forma célere este problema, uma vez que antes das eleições legislativas de Março “todos sabemos que a situação do país não é fácil, mas o que ninguém esperava encontrar era um défice real tão elevado”. Havia pois, ainda na sua perspectiva, que tomar medidas sérias, rápidas e capazes de perspectivar a sustentabilidade das nossas finanças públicas no mais curto prazo de tempo possível.

Foi esse o caminho que o Governo liderado por José Sócrates quis percorrer

sem ter enveredado pela tortuosa solução, “como outros o fizeram”, de se socorrerem de receitas extraordinárias ou de expediente contabilístico que, no imediato, “aparentam melhorar o saldo das contas públicas, mas que, a prazo, degradam a situação orçamental do país”.

O objectivo é o desenvolvimento

Para Alberto Martins, tanto para o Governo liderado por José Sócrates como para o Grupo Parlamentar do PS a recusa em se repetir o discurso da tanga, “que tantos transtornos trouxe à nossa economia e ao quotidiano dos portugueses”, é um dado adquirido, “não só porque essa estratégia não resolveu os velhos problemas como acrescentou novos aos já existentes”. Por isso, a actual opção política é diametralmente oposta e passa pela necessidade de assegurar níveis estáveis de investimento público, solução que permitirá absorver os fundos estruturais dirigindo os investimentos para áreas prioritárias como o conhecimento, o desenvolvimento tecnológico e a inovação.

Para alcançar com sucesso aqueles objectivos, torna-se necessário contar com o esforço de todos, nomeadamente por parte das administrações central, local e regional, funcionários públicos, dirigentes, gestores e titulares de cargos públicos, assim como, “necessariamente de forma equitativa”, com a colaboração activa de todos os portugueses. Perante o cenário do estado das contas públicas, tornadas conhecidas com a apresentação do relatório Constância, onde se refere que o défice público nacional se situa como o mais elevado da zona euro, “seria inevitável empreender desde já um conjunto de mudanças estruturais, nomeadamente no sector da segurança social, saúde, na administração pública e no sistema fiscal”.

Para a direita estas correcções conseguem-se através do recurso a mais e mais privatizações, ou seja, “ao desmantelamento do Estado Social”. Outro é o caminho que um partido como o PS preconiza. “Nós queremos preservar os serviços públicos, a qualidade e acessibilidade dos serviços públicos e a protecção dos interesses gerais da comunidade. Recusamos as concepções neoliberais cuja vertigem aponta para o ‘Estado mínimo/mercado máximo’, cabendo a este o poder regulador da vida social”, referiu ainda o líder parlamentar socialista.



Nestes como em outros princípios a estratégia de progresso e desenvolvimento só terá sucesso, defendeu, “se contar com a participação activa de todas as estruturas do partido, o que implica uma adequada e constante articulação do Governo, do partido e do grupo parlamentar”. Em democracia, lembrou ainda o responsável pela bancada do PS, “os governos têm origem, como regra, em apoios partidários, ou seja, cabe aos seus membros estabelecerem com os militantes, uma ponte privilegiada com a sociedade civil”.

Para Alberto Martins, “vamos continuar a ser, como sempre o fomos”, ou seja, um espaço solidário e crítico em que cada deputado tem voz e não é uma peça de um rolo compressor das iniciativas da oposição”. Tudo isto se torna ainda mais claro, lembrou, porque “assumimos a solidariedade como uma opção livre de quem quer partilhar responsabilidades”.

Sócrates justifica medidas do Governo

O secretário-geral do Partido Socialista e

primeiro-ministro, discursando nos trabalhos das Jornadas Parlamentares, contestou as acusações de demagogia e de populismo, justificando que o seu Governo, “por uma questão de moralidade”, e uma vez que está a impor sacrifícios aos portugueses em geral, tinha que mexer obrigatoriamente nas subvenções vitalícias dos titulares de cargos políticos. Para José Sócrates, estes privilégios que os deputados auferiam, desde que contassem doze anos de funções, a partir dos 55 anos, “eram totalmente injustificados”, razão pela qual, disse, não descortinar qualquer injustiça nas medidas que o seu Governo agora aprovou.

“Seria possível conduzir uma política que tivesse por objectivo acabar com determinados privilégios da Administração Pública, sem começar pelos políticos?”, questionou José Sócrates. Voltando-se para o exterior, o líder do PS e primeiro-ministro sublinhou, a propósito das declarações da antiga ministra das Finanças Manuel Ferreira Leite – que dias antes numa entrevista na RTP, acusou o Governo socialista de

“desonestidade política” e de fazer “uma encenação” com o défice das contas públicas –, “que a única desonestidade política que vi até agora foi o anterior Governo saber que o défice era superior a 6,4 por cento do PIB, e não ter revelado ao país”.

O primeiro-ministro criticou igualmente o Orçamento de Estado para 2005, da responsabilidade de Bagão Félix, instrumento financeiro que apontava para um défice de três por cento do Produto Interno Bruto, quando na altura, referiu Sócrates, já se sabia que pelo menos atingiria os referidos 6,4 por cento.

Durante a sua intervenção o primeiro-ministro e líder do PS garantiu que não se afastará da agenda que o seu Governo traçou, lembrando que muitas das dificuldades porque passa o país, resultam da prestação de dois governos de coligação do PSD com o CDS-PP, que durante “três anos andaram a fingir que resolviam não resolvendo e que actuavam não actuando”. Para José Sócrates, também os partidos à esquerda do PS têm pesadas responsabilidades pelo clima que se está a instaurar em Portugal. É inexplicável, disse, que estejam sempre disponíveis para acolher todas e quaisquer reivindicações profissionais, sobretudo as que têm origem no sector produtivo do Estado, defendendo a manutenção de todos os direitos e privilégios adquiridos, de uma forma que o primeiro-ministro classifica como sendo “uma atitude que se pode caracterizar pela mais absoluta ausência de crítica ou sustentada numa análise de justiça”.

As medidas que tomámos, acrescentou José Sócrates, tiveram por base “um critério de justiça”, uma vez que não se podia manter a disparidade entre os regimes de reforma público e privado e que, mesmo essa equiparação, foi feita, como disse, “com proporcionalidade, ao longo do tempo e não feita à bruta”. **R.S.A.**

LÍDER DA BANCADA DO PS QUER CÍRCULOS UNINOMINAIS

Na próxima sessão legislativa o PS irá propor, no âmbito da revisão da lei eleitoral, a introdução de círculos uninominais. A ideia, segundo o líder parlamentar socialista, é regular as incompatibilidades e limitar a rotatividade dos deputados. Segundo Alberto Martins, terminado o presente ciclo eleitoral, será a altura para que se proceda a uma verdadeira reforma do Parlamento, reforçando a dignificação estatutária da função parlamentar, e encontrando os meios disponíveis para

que este órgão de soberania possa exercer de forma mais competente as suas funções.

Para este deputado socialista, a criação de círculos uninominais proporcionará a abertura de maiores consensos em torno da aproximação entre eleitos e eleitores e uma acrescida legitimidade e representatividade aos deputados criando simultaneamente outros limites à actual rotatividade que Alberto Martins considerou “excessiva”.

OPINIÃO A SÉTIMA REVISÃO CONSTITUCIONAL

A realização de uma consulta directa em que os cidadãos se possam pronunciar sobre temas de alto relevo relacionados com a integração europeia tem sido reivindicada por vastos sectores da sociedade portuguesa desde há vários anos. Em 1998 houve mesmo uma tentativa de realização de um referendo por ocasião do Tratado de Amsterdão, o qual foi inviabilizado pelo Tribunal Constitucional por falta de objectividade, clareza e precisão da pergunta.

Com a aprovação do tratado que instituiu uma Constituição para a Europa, assinado em Roma em 2004, a questão voltou a colocar-se com acrescida acuidade. Este tratado, embora fique aquém do que alguns pretendiam no que toca ao aprofundamento da integração europeia, avança no sentido da simplificação do quadro jurídico-institucional em que funciona a União, melhora os mecanismos democráticos (embora sem democratizar totalmente) e aperfeiçoa a vertente política da União. O tratado consiste num importante momento de consolidação e aprofundamento dos adquiridos comunitários, sendo esta uma ocasião soberana para os cidadãos europeus discutirem e avaliarem o caminho que a União Europeia segue.

Vários Estados decidiram promover a ratificação do tratado através do accionamento dos mecanismos parlamentares normais. Outros optaram pela realização de referendos. Só para citar alguns, Espanha, França, Holanda, Polónia, Luxemburgo, Dinamarca seguiram ou anunciarão que seguirão este último procedimento. Portugal, quer pela voz do Governo do PSD/CDS-PP quer pela voz do Governo do PS, afirmou que realizaria um referendo antes da ratificação do tratado. Apesar de em todos os quadrantes haver vozes cépticas sobre a possibilidade ou até a necessidade deste referendo, esta vontade de referendar é firme e tem sido reafirmada sem quaisquer hesitações pelo Partido Socialista.

Por isso, quando o Tribunal Constitucional se pronunciou pela inconstitucionalidade da pergunta aprovada pelo PS, PSD e CDS-PP na última legislatura, pergunta essa que incidia sobre três das principais inovações inseridas do tratado que instituiu uma Constituição para a Europa, o PS logo afirmou que promoveria todas as diligências para viabilizar o referendo. Designadamente, tomaria a iniciativa de uma revisão constitucional que possibilitasse um referendo sobre o tratado globalmente considerado, ou sobre o acto de aprovação do tratado, algo que hoje não é consentido pelo texto constitucional.

Neste ponto impõe-se um comentário à postura que outros partidos têm tido sobre a decisão do Tribunal Constitucional. Designadamente o PSD tem sustentado que o sentido dessa decisão era inteiramente previsível e que só votou a pergunta que o TC chumbou porque o PS a isso o obrigou. Se isto for verdade, o PSD abriu certamente um precedente que nos fará ficar de pé-atrás em todas as voações futuras. Se o próprio PSD confessa que votou favoravelmente a pergunta mas não acreditava nela, admite que votou com reserva mental. Ficamos a saber que o PSD vota em deliberações desta importância sem estar de acordo com elas. O sentido de voto do PSD não é, por isso, fiável.

Pelo contrário, o PS vota naquilo que acredita. Votou na pergunta submetida ao Presidente da República e ao Tribunal Constitucional porque entendia que ela se compaginava com a Constituição e com a lei. A posição do Tribunal Constitucional surpreendeu pela sua rígida interpretação da Constituição e da lei e pelas suas consequências. Na verdade, essa decisão deixava uma margem muito reduzida – ou nula – para se realizar qualquer referendo sobre questões versadas pelo tratado constitucional no actual quadro constitucional português. A única saída parecia ser uma revisão constitucional que permitisse um referendo sobre o tratado globalmente considerado ou sobre o acto de aprovação desse tratado pela Assembleia da República.

Foi com esta exclusiva intenção que apresentámos um projecto de revisão constitucional na Assembleia da República. Perante as veleidades do PSD de mais uma vez transformar o processo de revisão constitucional num alibi para se desviar dos verdadeiros problemas do País, anunciámos que o PS não estava disponível para mexer em outras normas constitucionais que não as referentes ao regime do referendo. Todos temos consciência que estas normas são demasiado apertadas, pelo que propusemos a flexibilização de um dos aspectos mais incomportáveis desse regime: a proibição da simultaneidade da realização de certos referendos com certas eleições.

Depois de ter anunciado que aproveitaria a revisão constitucional para debater vários temas, o PSD decidiu recuar: apresentou um projecto que simplesmente visava a viabilização de um referendo sobre o tratado constitucional em simultâneo com as próximas eleições autárquicas. Em simultâneo. O PSD autorizou que membros do seu grupo parlamentar apresentassem uma excêntrica proposta de supressão da forma republicana de governo do elenco dos limites materiais de revisão constitucional previstos no art.º 288.º da Constituição.

O recuo do PSD facilitou um consenso alargado sobre a questão essencial: a realização de um referendo sobre o tratado constitucional.

Num primeiro momento, três partidos (PS, PSD e CDS-PP) entenderam-se sobre a introdução de norma constitucional que possibilitava a realização no Outono de um referendo tendo por objecto a aprovação pela Assembleia da República do tratado que instituiu uma Constituição para a Europa. Além disso, se esse tratado viesse a sofrer modificações, estas seriam também referendáveis. Embora já se tivesse realizado o referendo francês, foi entendimento comum destes partidos que o processo de ratificação não estava suspenso pelo que continuava a justificar-se a inserção da credencial constitucional para esse referendo.

A situação evoluiria com o Conselho Europeu de 16 e 17 de Junho. Embora a posição portuguesa continuasse a ser no sentido da ratificação do tratado que instituiu uma Constituição para a Europa, o Governo português quis ter um papel activo no desbloqueamento do impasse gerado pelos “nãos” francês e holandês, pelo que contribuiu para o consenso no sentido de se fazer uma pausa para discussão e reflexão.

Por essa razão, o acordo obtido em Portugal pelo PS e por outros partidos deveria ser reformulado.

Por um lado, já não fazia sentido manter uma norma constitucional que permitisse a realização deste concreto referendo em simultâneo com as próximas eleições autárquicas. O referendo sobre a aprovação do tratado constitucional não se realizará nessa ocasião mas sim, previsivelmente, em 2006.

Por outro lado, havia que ser cauteloso sobre o objecto do referendo. O estado da discussão no seio da União deixa aberta a hipótese de no final do processo não ser o actual tratado constitucional mas um outro a ser sujeito a ratificação. Embora a posição de Portugal seja no sentido de concluir o processo de ratificação deste tratado, o nosso País não se encontra só no processo nem tem voz decisiva. É de admitir como hipótese mais ou menos remota (mas para alguns desejável) que este tratado seja corrigido em alguns dos seus aspectos ou seja até substituído por outro. Por isso, se queríamos garantir que a revisão constitucional é em qualquer caso útil não deveríamos amarrar a Constituição a este tratado. O texto que ficou, aprovado pelo PS, PSD, CDS-PP e BE, com a abstenção (!) do PCP e dos Verdes, permite a submissão a consulta referendária de qualquer tratado que vise a construção e aprofundamento da união europeia, o que se traduz numa fórmula bem mais ampla do que a inicialmente adoptada.

Alguns comentários à postura dos outros partidos neste processo.

Primeiro, não se compreende o voto final do PCP de abstenção. Não quer o PCP o referendo sobre o tratado? Porque é que se absteve? Incompreensível esta resistência do PCP a votar favoravelmente toda e qualquer revisão constitucional, mesmo quando está manifestamente de acordo com o seu sentido e propósitos.

Segundo, é de aplaudir a postura construtiva do CDS-PP no processo: sempre quis contribuir para uma solução, sempre mostrou que queria estar dentro da maioria que aprovasse a revisão, sempre mostrou flexibilidade negocial. Terceiro, surpreendeu a postura do PSD. Começou por querer rever tudo e mais alguma coisa. Terminou a recusar rever alguns dos aspectos mais recuados do regime constitucional do referendo, inviabilizando a facilitação da sua convocação. Pelo meio absteve-se na proposta de alguns dos deputados que integram o seu grupo parlamentar que retiravam a forma republicana da lista de limites materiais. No meio desta postura incoerente, onde está o PSD republicano e favorável à facilitação de referendos?



VITALINO CANAS

REVISÃO DA CONSTITUIÇÃO

PARLAMENTO APROVA REFERENDO À EUROPA

O instituto do referendo em matéria de tratados relativos à construção europeia foi aprovado por mais de dois terços dos deputados.

O Parlamento alterou pela sétima vez a Constituição da República desde a sua primeira aprovação em 1976. Com esta nova revisão, o ordenamento constitucional português passa a ficar dotado com um novo normativo, o artigo 294-A, que permitirá o recurso a referendos sobre tratados relativos à construção europeia.

Em votação final global, a proposta foi aprovada com 13 abstenções e 180 votos favoráveis, ou seja, mais do que os dois terços necessários para que a lei fosse aprovada. Segundo a redacção do novo artigo, abre-se a partir de agora a possibilidade de “convocação e de efectivação de referendo sobre a aprovação de tratado que vise a construção e aprofundamento da União Europeia”.

Coube a Vitalino Canas, vice-presidente da bancada socialista, a principal intervenção em plenário sobre os trabalhos desta sétima revisão da Lei Fundamental portuguesa. Depois de elogiar a rapidez e a eficácia com que os trabalhos decorreram, em apenas três reuniões, “incluindo a da tomada de posse”, Vitalino Canas reconheceu que muito do mérito se deveu à diligência do presidente da Comissão Eventual de Revisão Constitucional (CERC) e ao espírito de que estavam imbuídos os deputados desta comissão eventual, uma vez que, recordou,

estava agendado para Outubro próximo a realização de um referendo sobre o tratado constitucional que deveria ter lugar em simultâneo com as eleições autárquicas.

Reconhecendo que o motivo principal da celeridade que se exigiu a estes trabalhos se prendia em larga escala com este último ponto, que entretanto perdeu acuidade pelo adiamento *sine die* da rectificação do Tratado Constitucional europeu, o deputado e vice-presidente da bancada socialista não deixou de reconhecer que a celeridade e a eficiência demonstradas são em sim mesmas valores que merecem ser elogiados em quaisquer circunstâncias.

Uma revisão cirúrgica

PS, PSD e CDS-PP aprovaram o que desde o início as duas principais forças políticas tinham estabelecido, ou seja, que a revisão abrangeria unicamente a possibilidade de referendos sobre tratados relativos à construção europeia.

Dai a tese defendida por Vitalino Canas de que esta revisão deveria ser cirúrgica, uma vez que, justificou, “há bem poucos meses terminámos um processo que gerou a sexta revisão da Constituição”, pelo que, defendeu, abrir agora um novo processo, “só se poderia justificar pela necessidade de fazer face a circunstâncias imprevisíveis e de resolver algum problema específico urgente”. E foi, na opinião do deputado do PS, o que de facto se veio a verificar: “houve um problema específico a ser resolvido e com urgência”. Vitalino Canas lembrou a propósito que uma



interpretação que considerou “muito rigorosa” do regime constitucional e legal do referendo, “levou o Tribunal Constitucional a inviabilizar uma iniciativa de referendo sobre questões decididas através do tratado que instituiu uma Constituição para a Europa”. De facto, como recordou na sua intervenção no Parlamento, a análise do acórdão 704/2004 permitiu concluir que restava uma margem de manobra praticamente nula para a realização de um referendo que incidisse sobre o tratado, ou sobre temas por ele versados, no actual quadro constitucional”. Esta a razão, esclareceu, “porque não restava outra alternativa que não abrir um novo processo que de alguma forma flexibilizasse o regime do referendo”.

Estas as razões porque o Partido Socialista, disse Vitalino Canas, defendeu a necessidade de a revisão ser drasticamente circunscrita ao regime do referendo, “rejeitando iliminarmente a hipótese suscitada por outras forças políticas de aproveitar este processo

de revisão extraordinária para reponderar o tratamento constitucional de uma miríade de outros assuntos completamente díspares e estranhos aquele tema central”. É certo, lembrou, que essas forças políticas, nomeadamente o PSD, viriam a desistir de discutir outros assuntos que não o do regime do referendo. Tratou-se, como sublinhou, “de um esforço de aproximação às posições do Partido Socialista” o que facilitou de forma decisiva “a obtenção de um acordo que viria a viabilizar, em tempo recorde, a revisão constitucional”.

Criticando o PSD, partido sem o qual os dois terços necessários a qualquer revisão da Constituição não são possíveis, Vitalino Canas afirmou que os sociais-democratas evoluíram de uma posição de quererem tudo, “para uma posição de só quererem o mínimo dos mínimos”. Ora, esta posição, “surpreendentemente defensiva numa área onde no passado aquele partido assumiu orientações mais arrojadas”,

– a área do instituto do referendo –, inviabilizou, segundo Vitalino Canas, “uma revisão mais profunda do regime constitucional deste instituto”.

É que, como referiu, apesar de cirúrgica, “esta revisão poderia e deveria ter ido mais além na flexibilização de alguns aspectos do regime constitucional do referendo”.

Contudo, como deixou claro, o objectivo central do PS era criar uma inequívoca credencial constitucional para a realização de um referendo sobre o Tratado Constitucional europeu.

Depois de o Tribunal Constitucional ter em 2004 declarado não conforme com a Constituição uma pergunta sobre matéria que incidia no Tratado Constitucional europeu, (acórdão 704/2004), pergunta essa aprovada por larga maioria dos partidos com representação parlamentar, o PS via nesta revisão uma boa oportunidade para aprovar os mecanismos legais que vão permitir ao povo português referendar o Tratado Constitucional europeu.

Mas como referiu Vitalino Canas, a revisão constitucional aprovada permite, “mas não obriga”, que os portugueses possam ser chamados a pronunciar-se em referendo sobre um tratado de integração europeia, “desde que a consulta popular seja previamente aprovada no Parlamento”, deixando no ar, com isto, a ideia que poderá surgir uma possível futura pergunta. “Concorda com a aprovação pela Assembleia da República do tratado que estabelece uma Constituição para a Europa?”.

SÓCRATES EM CASTELO BRANCO

ORÇAMENTO DE VERDADE E TRANSPARÊNCIA ACABA COM "MONUMENTAL EMBUSTE"

O Orçamento Rectificativo (OR) apresentado pelo Governo acaba com "um dos mais monumentais embustes" que foi o Orçamento do Estado (OE) para 2005", afirmou, no dia 26 de Junho, o secretário-geral do PS, José Sócrates, no jantar de apresentação da recandidatura de Joaquim Morão à Câmara de Castelo Branco.

Com o Orçamento Rectificativo, "os portugueses ficam a saber a verdade sobre as contas públicas e termina um dos mais monumentais embustes que foi o orçamento passado, feito apenas para a campanha eleitoral", sublinhou.

Perante cerca de 4000 militantes e simpatizantes socialistas, o líder do PS classificou o OR como "um orçamento de verdade e de transparência", realçando também que se trata de uma proposta que racionaliza a despesa e combate a fuga e a evasão fiscais.

"É um orçamento que prefere dar despesa onde ela deve ser feita, na ciência, na educação e na cultura, pois não desistimos de investir nestes domínios", disse, acrescentando que é também "um orçamento que vai obrigar quem não paga impostos a ter de os pagar como é seu dever".



José Sócrates afirmou que o PS está no Governo para governar e que os portugueses deram a maioria absoluta aos socialistas para que "tudo não ficasse na mesma".

"É isso que estamos a fazer e, em primeiro lugar, dissemos ao país a verdade sobre a situação das contas públicas", disse, alertando que "se o Governo não tivesse feito nada e se tivesse assistido à divulgação de uma previsão de défice orçamental de 6,83 por cento - o maior défice da União

Europeia, que envergonha qualquer país e que faz acender as luzes vermelhas dos mercados financeiros internacionais - aí sim haveria recessão económica em Portugal, porque iriam subir as taxas de juros".

E considerou que "isso seria o pior para as empresas e para o país". Sócrates falou de seguida das medidas de combate ao défice, entre as quais as que limitam as regalias concedidas aos titulares de cargos públicos, sublinhando que as decisões foram tomadas "com equilíbrio e com justiça".

Por isso, disse, "o Partido Socialista pode andar de cara levantada, porque tem um governo que está a fazer aquilo que deve e a honrar a confiança que os portugueses depositaram" nos socialistas.

Em Castelo Branco, o secretário-geral do PS falou também do candidato socialista à câmara local, o camarada Joaquim Morão, apresentando-o como "um dos melhores presidentes de câmara do País", que "tem uma obra que é um orgulho para todos os socialistas".

Continuar aposta no desenvolvimento sustentável

Por sua vez, o actual presidente da Câmara albacastrense, depois de fazer um breve balanço do muito que foi realizado ao longo dos últimos oito anos, desde o saneamento financeiro até à requalificação da cidade, passando pelas acessibilidades, cultura e habitação social, sublinhou que "Castelo Branco e toda a sua região envolvente precisam de continuar os caminhos da modernização e do progresso", no quadro de uma "aposta num projecto de desenvolvimento devidamente sustentado".

Numa intervenção virada para o futuro, Joaquim Morão afirmou que "Castelo Branco, apesar de todas as dificuldades conjunturais, tem condições para vencer

e afirmar-se no contexto das cidades médias do país".

Por isso, frisou, "os albacastrenses não deixarão os seus créditos por mãos alheias" e "no dia em que forem chamados a escolher, estarão presentes e saberão encontrar quem melhores condições tem para servir a sua região, o seu concelho, a sua cidade".

É que, adiantou, "nós conhecemos os problemas, temos os projectos e as suas soluções, sabemos aceder aos meios financeiros, reunimos todas as condições para concretizar as obras, queremos cumprir os sonhos".

Salientando que "os albacastrenses querem garantias e apostas seguras", o candidato socialista afirmou que, por isso, tem "a certeza que estão connosco, com o nosso projecto de desenvolvimento", já que, acrescentou, "o trabalho que temos desenvolvido com muito empenho e dedicação ao longo de todos estes anos, falam por nós".

Por isso, adiantou, "não sinto necessidade de fazer promessas".

Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco desde 1998, Joaquim Morão é um autarca com uma vasta experiência, que começou em 1976 como vereador na Câmara de Idanha-a-Nova, tendo ascendido à presidência deste município em 1982, cargo que ocupou até 1997.

LOUSADA

JORGE MAGALHÃES QUER CONTINUAR A DESENVOLVER O CONCELHO

Jorge Magalhães, que se recandidata ao quinto mandato autárquico, prometeu prosseguir os investimentos no concelho de Lousada, no quadro de uma aposta que assenta em dois vectores: o ambiente e o emprego.

Falando no dia 18 na sessão de apresentação da sua candidatura à Câmara de Lousada, Jorge Magalhães referiu que na área do ambiente pretende requalificar o rio e a zona ribeirinha, bem como apostar na manutenção e preservação da floresta, como elemento fundamental para o desenvolvimento sustentável do concelho.

Quanto ao emprego, o candidato socialista quer atrair empresas qualificadas para o concelho e apostar na qualificação dos jovens, bem como apoiar os agregados familiares que perderam empregos.

A juventude, os idosos, a educação, a cultura e as novas tecnologias são também prioridades de Jorge Magalhães.

Portugueses viverão melhor daqui a três anos

Presente na sessão pública de apresentação da candidatura de Jorge Magalhães, o coordenador do PS para as Autarquias, Jorge Coelho, afirmou que as medidas de



austeridade que o Governo está a tomar vão permitir "que Portugal e os portugueses vivam melhor daqui a três anos".

"Aqueles para quem nós queremos trabalhar têm razões para confiar, para acreditar e razões para apoiar as medidas que estão a ser tomadas pelo Governo do PS, porque são medidas justas, são verdadeiras, que vão pôr este país na ordem, com mais solidariedade e mais razões para acreditarmos no futuro. É isso que estamos a fazer", referiu o dirigente socialista.

Na sua intervenção, Jorge Coelho foi particularmente duro para a oposição, respondendo às críticas que do PSD e do

CDS-PP que governaram o país nos últimos três anos.

Segundo o coordenador Autárquico do PS, "a demagogia e o populismo de alguns, nomeadamente do PSD, do partido que governou Portugal nos últimos três anos e meio, devia levá-los a ter algum pudor, até pela situação desastrosa em que deixaram Portugal, quer no campo social quer no campo económico".

E considerou que "o prestígio das instituições devia-oso levar a estarem calados pelo menos durante o tempo em que os portugueses esquecessem a situação trágica em que conduziram Portugal e que obriga hoje o PS, com rigor, com determinação e com coragem, a fazer aquilo que tem de ser feito independentemente de agora haver eleições autárquicas e depois presidenciais".

Sublinhando que "primeiro está o país e os portugueses", Jorge Coelho frisou que "o PS trabalha para pôr este país na ordem". Acompanham Jorge Coelho nesta apresentação autárquica em Lousada - onde o PS tem cinco mandatos e o PSD apenas os restantes dois - o líder da Federação do PS/Porto, Francisco Assis, e alguns deputados socialistas, numa cerimónia em que estiveram presentes cerca de 500 pessoas.

ALMEIDA

ORLINDO VICENTE APOSTA NO TURISMO

Orlindo Vicente, professor do ensino secundário, é o candidato do PS para retirar a presidência da Câmara Municipal de Almeida das mãos do PSD, com um programa centrado no desenvolvimento económico e social do concelho, com base na área do turismo.

Ao "Acção Socialista", Orlindo Vicente adianta que a aposta no turismo vai passar, nomeadamente, "por acções de dinamização cultural de forma continuada nas duas vilas do concelho: Almeida, que 'queremos elevar a património da humanidade', e Vilar Formoso, 'onde vamos potenciar a actividade comercial, em especial a ligada à restauração'".

O abastecimento de água a todo o concelho, a melhoria das acessibilidades, a reabertura do picadeiro, a criação do Gabinete do Investidor, para atrair PME para o concelho, e a instalação de um Gabinete de Apoio ao Cidadão no edifício da Câmara, são outras das apostas do candidato socialista.

Orlindo Vicente, que é actualmente vereador da Câmara de Almeida, desempenhou já funções de adjunto do governador civil da Guarda durante os governos de António Guterres.



JOÃO SOARES CANDIDATO A SINTRA

INVESTIR CAPITAL DE EXPERIÊNCIA EM TERRITÓRIO

João Soares está pronto para investir o seu "capital de experiência" no exercício do poder local em benefício das populações de Sintra, da resolução dos seus problemas e da melhoria da sua qualidade de vida.

O candidato quer deixar a marca socialista da qualidade na gestão autárquica de Sintra e para isso propõe-se apostar na formação e educação das populações de Sintra, da resolução dos seus problemas e da melhoria da sua qualidade de vida. O candidato quer deixar a marca socialista da qualidade na gestão autárquica de Sintra e para isso propõe-se apostar na formação e educação das populações de Sintra, da resolução dos seus problemas e da melhoria da sua qualidade de vida. O candidato quer deixar a marca socialista da qualidade na gestão autárquica de Sintra e para isso propõe-se apostar na formação e educação das populações de Sintra, da resolução dos seus problemas e da melhoria da sua qualidade de vida.

"Os municípios do concelho de Sintra vão ter de escolher entre o *show-off* mediático, o comentário televisivo, o cansaço de quem não sonhou e não sonha com as responsabilidades autárquicas e a nossa experiência, a nossa vontade de servir, a nossa coragem e determinação, o nosso amor ao trabalho autárquico", afirmou o candidato do PS, perante largas centenas de apoiantes que se reuniram, no passado dia 26, no pavilhão da Escola Secundária de Rio de Mouro, na apresentação oficial da candidatura socialista a Sintra.

Num almoço de entusiasta confraternização com camaradas e destacadas

figuras da vida pública nacional, o antigo presidente da Câmara de Lisboa, referindo-se à candidatura de Jorge Coelho à presidência da Assembleia Municipal sintrense, manifestou a sua total confiança naquele que descreveu como "um grande militante, um grande dirigente socialista", sublinhando sentir "honra" e "prazer" por travar a seu lado este "combate por Sintra". Depois de evocar as raízes que o unem ao concelho, João Soares assegurou ter um "largo conhecimento da realidade no terreno", tendo aproveitado as semanas que mediarão o seu lançamento oficial como candidato do PS para "aprofundar esse conhecimento", com base no qual formula, de forma "sólida e honesta" a sua ambição para o concelho.

Ao agradecer a "unidade" que com que os socialistas sintrenses acolheram a sua candidatura, o deputado socialista garantiu que se vencer as autárquicas de Outubro, essa será também a vitória de "um projecto de trabalho, dedicação, atenção e empenho".

Classificando Sintra como "um território de oportunidades", o candidato do PS destacou as suas potencialidades turísticas, a sua "fabulosa frente marítima, o seu rico e variado tecido produtivo, quer no sector agrícola, quer no industrial, apontando-o como "um dos concelhos mais jovens do país" e de grande dimensão territorial.

"Sintra é uma referência nacional e internacional da nossa pátria", vincou, para lembrar de seguida que foi graças ao trabalho desenvolvido pelo executivo municipal liderado pela camarada Edite Estrela que a vila sintrense obteve da UNESCO a classificação de património da humanidade.

É esse rumo de trabalho, no "respeito inquebrantável pelos valores culturais,



patrimoniais e ambientais" do concelho que João Soares quer retomar à frente dos destinos de Sintra, terra pela qual confessa ter "uma grande paixão", mas que, garantiu, vai governar com "razão, coragem, empenho e brío".

"A nossa campanha que dá agora os seus primeiros passos vai ser pela positiva, uma campanha de afirmação de princípios e projectos, de propostas, soluções, assentes numa equipa capaz e coesa", garantiu, recusando-se a cair numa batalha de mero mal dizer dos adversários políticos.

Todavia, os "motivos para a crítica não

faltam" e são bem reais para as populações do concelho, pelas quais as denúncias devem ser feitas.

"Promessas por cumprir, demagogia, *show-off* mediático, obras por fazer, equipamentos culturais por abrir, piscinas que se ficaram pela promessa no papel, clubes na primeira divisão do abandono ou empresas municipais deficitárias e por reestruturar" é o saldo de quatro anos de completa inação do executivo liderado por Fernando Seara, a quem Soares responsabiliza não só pela criação de "tachos para amigalhões políticos", mas também pelas

consequências da sua parcerias políticas *contra natura*.

Já no que diz respeito às linhas de rumo da sua candidatura à Câmara, o candidato socialista avançou com compromissos nos diversos sectores da vida local (*ver caixa*), remetendo, contudo, para mais tarde a apresentação daquele que será o seu programa de acção na liderança da autarquia sintrense.

"Em circunstância nenhuma faremos promessas impossíveis de cumprir, afirmou, recusando-se a dar continuidade à demagogia e ao sistemático defraudar das expectativas criadas até no

A POLÍTICA CORRE-LHE NO SANGUE

João Barroso Soares dispensa apresentações. Pertence à terceira geração de uma família que há décadas luta e trabalha pelo progresso, democracia e bem-estar dos portugueses.

Tem 56 anos de idade tendo já desempenhado as mais variadas funções políticas em cargos tão diferentes como deputado na Assembleia da República, no Parlamento Europeu, vereador e presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Diz que desde que se lembra de si se vê como democrata e socialista. Já foi editor de prestígio, mas é a actividade política que sobre si exerce maior fascínio. Servir e ser útil ao país que o viu nascer é há muito o seu lema de vida. Homem de causas e de lutas, apresenta-se agora em Sintra para mais um combate político do qual espera sair vencedor. Os muitos anos de trabalho dedicado à causa pública, ao país e ao Partido Socialista dão-lhe o lastro suficiente para acreditar que mais e melhor poderá fazer pelo concelho de Sintra, onde agora se

apresenta como candidato do PS à autarquia.

Foi deputado à Assembleia da República entre 1987 e 1989, renunciando ao mandato para assumir o cargo de vereador da edilidade de Lisboa onde foi responsável pelos pelouros da cultura (1990-1998); espaços verdes (1990-1994); e da conservação e obras diversas (1994-1995).

Em 1995 é eleito para o Parlamento Europeu, cargo que exerceu até assumir a Presidência da Câmara Municipal de Lisboa, em substituição de Jorge Sampaio entretanto chamado para a Presidência da República.

É reeleito presidente da Câmara Municipal de Lisboa em Dezembro de 1997, tarefa que exerceu até 2002. Entre 1998 e 2002 acumula as funções de responsável pela Câmara da capital com a de presidente da Junta Metropolitana de Lisboa e de membro do Conselho de Estado.

Militante e dirigente nacional do Partido

Socialista tendo já sido membro da Comissão Nacional e da Comissão Política, função que exerceu entre 1987 e 1991. Do seu historial faz ainda parte ter sido membro do Secretariado Nacional em 1991 e secretário coordenador da Federação da Área Urbana de Lisboa (FAUL) entre 1992 e 1994. A nível parlamentar desempenhou diversas responsabilidades. Foi membro da Comissão Parlamentar de Defesa Nacional, vice-presidente da representação portuguesa na Assembleia da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) e coordenador do Grupo Parlamentar do Partido Socialista para a área dos Oceanos.

É actualmente deputado pelo círculo eleitoral de Lisboa à Assembleia da República, e pertence à Comissão de Defesa Nacional. É o candidato do Partido Socialista à presidência da Câmara Municipal de Sintra nas próximas eleições autárquicas de Outubro de 2005.

R.S.A.

SOARES E COELHO PUXAM PO

A candidatura socialista à presidência da Câmara de Sintra conta com um nome de referência política nacional como protagonista. João Soares é a aposta forte na qualidade e na experiência no exercício do poder local para a reconquista de um concelho que, apesar da sua inegável importância no mapa autárquico português, sofre já e visivelmente as consequências de uma gestão ineficiente, minada pelo incumprimento das principais promessas eleitorais, que ora agrava os problemas existentes, ora cria novos estrangulamentos.

É no jornal de campanha do PS – "Puxar por Sintra" – que o candidato socialista avança as razões e as ambições que o levaram a aceitar este desafio, denunciando igualmente a incompetência e os danos que a gestão da "estranha coligação" entre o PSD, o PP e a CDU tem evidenciado num único mandato.

Assim, na primeira edição desta publicação, ao mesmo tempo que João Soares se afirma disponível para "pôr a experiência adquirida ao serviço da resolução dos complexos problemas que



a população do concelho enfrenta", Jorge Coelho, candidato socialista à presidência da Assembleia Municipal, manifesta-se empenhado em contribuir com dedicação e trabalho na transformação de Sintra num município do século XXI.

Ambos os candidatos subscvem críticas directas e certeiras à "enorme e inexplicável inércia que marcou estes últimos quatro anos em Sintra", para de seguida sublinhar como uma das medidas urgentes do futuro executivo socialista, a revisão do PDM –

DE OPORTUNIDADES

plano das finanças municipais.

"Assumiremos compromissos que honraremos com determinação e pelos quais damos e daremos a cara até ao final do mandato", rematou João Soares, vincando a concluir que a candidatura que lidera não "é de promessas, é de fazer".

Chega de conversa!

A dedicação ao trabalho e a entrega completa ao projecto autárquico foram também as pedras de toque da intervenção de Jorge Coelho, que no seu melhor estilo combativo, recebeu palmas de todos quantos se reuniram à mesa daquela grande festa de convívio socialista.

Manifestando-se honrado e orgulhoso por "estar nesta luta por Sintra", Coelho sublinhou as diferenças que separam as actuais forças políticas que lideram o executivo e que juntas "são responsáveis por tudo o que não foi feito".

Com o PS, "os problemas dos municípios de Sintra terão um tratamento muito melhor do que até agora", declarou de viva voz, recordando que no percurso autárquico de João Soares fala por si na capital do país, onde "erradicou barracas, acabou com o flagelo do Casal Ventoso e reconstruiu em tempo recorde o edifício da câmara após o incêndio de 1996.

Ao referir-se aos principais estragamentos que afectam presentemente o concelho, Jorge Coelho criticou fortemente o silêncio do presidente da câmara em torno da presente crise de insegurança nos comboios e em diferentes zonas de Sintra.

Também a má organização dos transportes colectivos e a falha na concretização de promessas associadas à finalização

de rodovias secundárias ao IC19 foram motivo de severa crítica por parte do candidato socialista à liderança da Assembleia Municipal, que se manifestou totalmente confiante em que "o PS vai tirar de cima dos ombros de Fernando Seara esse grande sacrifício que é estar à frente da autarquia sintrense".

"É chegada a hora da avaliação do povo", reiterou, aconselhando os adversários a deixarem de tentar enganar os cidadãos com obras de fachada e inaugurações de última hora, pois, disse contundentemente, "o que são precisas são políticas". Coelho elencou igualmente três pontos que considera essenciais numa gestão autárquica que se pretende seja de e para o futuro.

"As autarquias devem ser avaliadas na forma como se relacionam com os cidadãos, pela capacidade que demonstram em promover o investimento e a criação de empregos pelas empresas", defendeu, advogando ainda a importância fundamental de aplicar políticas de avaliação dos níveis de execução dos governos autárquicos".

A terminar a intervenção, o Jorge Coelho apontou a candidatura socialista como única e verdadeira alternativa a uma gestão que só aposta na conversa.

No almoço de apresentação da candidatura de João Soares à Câmara de Sintra em que intervieram o presidente da concelhia Domingos Quintas e a presidente da mesa da Assembleia da JS, Susana Ramos, participaram, também, entre muitos outros dirigentes e destacados militantes do PS, os camaradas Rui Cunha, Eduardo Cabrita, Alberto Antunes, Vítor Ramalho, Ana Paula Vitorino, Edite Estrela, Celeste Correia, Arons de Carvalho, Joaquim Raposo e Maria de Belém.

MARY RODRIGUES

R SINTRA

documento que descrevem como excessivamente marcado pela época em que foi elaborado e "incapaz de conter algumas perversidade que têm desfigurado o concelho".

A estagnação nos hotéis Central e Neto, o esquecimento da Casa das Selecções e das questões ambientais, a recuperação do centro de Mem Martins que continua parada, os 92 quilómetros de ciclovia virtual anunciados em boletim municipal, a eterna espera pelos centros de saúde em Massamá, São Marcos e Agualva, bem como a miragem das 20 piscinas — uma por cada freguesia do concelho — que foram prometidas em tempo de campanha eleitoral são os desaires apontados pelos socialistas, que classificam a gestão do autarca-comentador desportivo como "quatro anos de seara ao vento".

Nas páginas deste jornal de campanha distribuído no final do almoço que decorreu na Escola Secundária Leal da Câmara, Rio de Mouro, denuncia-se igualmente o incumprimento de promessas feitas no âmbito da segurança: as obras do posto da GNR local arrastam-se, a Divisão

Policial existe apenas em projecto e a estação do eléctrico Sintra-Praia das Maças, dispendiosamente propagandeada, também continua no só no papel.

Por outro lado, no dossier das acessibilidades evidencia-se que o IC16 e o IC30 continuam por construir, bem como as circulares Poente/Nascente ao Cacém, lembrando que as obras de alargamento do IC 19 não foram ainda concluídas.

Na penúltima página, gráficos e estatísticas dão conta de uma subida nas despesas correntes da câmara e de uma variação negativa nos investimentos, concluindo-se claramente que as despesas da autarquia não correspondem à realização de obra, facto que se agrava por uma manifesta má gestão das empresas municipais e por uma dívida camarária que já ascende aos 41 milhões de euros.

Superar estas dificuldades e vender outros desafios de desenvolvimento, num contexto de crise económica nacional, requer, segundo Soares e Coelho, um ponto final na conversa e colocar mãos à obra para "puxar por Sintra" rumo ao futuro. M.R.

COMPROMISSOS DE TRABALHO POR SINTRA

Com provas dadas na gestão autárquica, João Soares candidata-se em Outubro próximo à presidência da Câmara de Sintra, concelho pelo qual sente uma "grande paixão". Por isso, porá em marcha um projecto "com razão, coragem, empenho e brio", de forma a melhorar a qualidade de vida dos sintrenses.

No lançamento oficial da sua candidatura, João Soares apresentou os seus compromissos perante os eleitores:

SEGURANÇA

- Criar mais Conselho Municipal de Segurança e um Observador da Segurança no concelho
- Articular com a GNR e a PSP uma rede de viaturas municipais que configure o programa "Sintra Segura"
- Colocar mais agentes das forças de segurança da GNR e da PSP no terreno
- Aproveitar as sinergias resultantes da presença no concelho da Escola da GNR e dos GOE
- Redefinição das áreas de responsabilidade da GNR e PSP
- Renovação das instalações das forças de segurança
- Reinstalação do comando da GNR de Sintra
- Aumentar a segurança da linha de caminhos de ferro sintrenses
- Promover o funcionamento eficaz do sistema de iluminação pública nocturna

MOBILIDADE

- Criar mais corredores Bus
- Assegurar acessibilidades eficientes às estações da CP
- Criar novos regimes de estacionamento nos parques das estações de caminhos de ferro
- Construir novos parques de estacionamento, subterrâneos e em altura, nas zonas residenciais
- Criar abrigos e instalações sanitárias para operadores de transportes públicos e motoristas de taxi
- Redefinir os espaços de recolha de passageiros por forma a tornar mais fluida a circulação de pessoas e veículos
- Criar novas redes de mini-bus para melhorar a circulação nas freguesias de Queluz, Cacém, Algueirão e Mem Martins

CIDADANIA

- Estimular a intervenção e participação dos cidadãos na vida do município
- Auscultar directamente os cidadãos que o solicitem quer ao presidente das Câmaras quer à restante equipa executiva
- Fomentar a participação dos cidadãos na reorganização e funcionamento dos serviços municipais
- Redefinir os pelouros autárquicos
- Apostar na desburocratização
- Combater ferozmente a corrupção
- Acabar com a dispersão dos serviços de serviços
- Desenvolver a utilização das novas tecnologias nos serviços camarários, nomeadamente a Internet em 3D no relacionamento com os municípios
- Abrir, no espaço da estação da CP do Cacém, uma grande loja do cidadão

ECONOMIA

- Procurar um desenvolvimento sustentado do concelho
- Criar mais emprego para jovens, desenvolvendo um trabalho articulado com empresas, sindicatos e empregadores
- Avançar com soluções de energia inovadoras e amigas do ambiente
- Resolver, em diálogo com a Refer, as questões relativas ao terminal de carga da Pedra Furada, na linha do Oeste
- Implementar propostas inovadoras na área das artes gráficas e da edição

EDUCAÇÃO

- Atacar a fundo os problemas as questões relativas ao pré-escolar e aos ATL
- Promover o estabelecimento de novos pólos educativos de nível técnico e universitário
- Reabilitar espaços municipais desaproveitados, como a Messa no Algueirão, para a instalação de estabelecimentos de ensino ligados às novas tecnologias
- Criação de espaços para filhos de empresas de jovens
- Procurar parcerias públicas e/ou privadas para a viabilização de uma Escola de Ambiente nas instalações da quinta da Riba Fria



CULTURA

- Apostar na preservação e na valorização do património
- Divulgar e organizar iniciativas culturais diversas
- Garantir o acesso generalizado dos cidadãos às instituições e actividades culturais
- Criar um Conselho Municipal da Cultura onde estejam representados todos os parceiros desta área
- Promover a criação de novos equipamentos (videoteca, fonoteca, arquivo fotográfico, galerias de exposições) por todo o território concelhio
- Estimular os agentes culturais existentes e criar condições para o aparecimento de novos
- Fomentar a integração social dos imigrantes através de iniciativas que destaquem e valorizem a diversidade cultural
- Criar, no âmbito do programa Polis, um espaço cultural de referência no Cacém onde passem a existir uma Biblioteca-Mediatca

URBANISMO

- Rever de forma participada e transparente o Plano Director Municipal de Sintra
- Acabar com o crescimento desordenado do betão no concelho
- Agilizar os programas de recuperação patrimonial tipo Recria e Recrip
- Avançar com um mini-Polis na freguesia de Algueirão Mem Martins
- Fazer obras de qualificação que em Belas e em Rio de Mouro configurem novas centralidades
- Combater com rigor os crimes urbanísticos, estéticos e ambientais que a ganância do lucro fácil gerou

DESporto

- Implementar o projecto Casas das Selecções
- Criar mais piscinas no concelho e dar mais atenção às praias, também na perspectiva das potencialidades desportivas, nomeadamente o *bodyboard* na Praia Grande
- Construir um complexo hípico de ampla dimensão
- Localizar no concelho as sedes de múltiplos organismos desportivos presentemente mal instalados ou à procura de instalações
- Albergar um complexo de ténis com capacidade para a organização de torneios internacionais
- Criar vias cicláveis

SAÚDE

- Requalificar e construir de raiz novas unidades de cuidados de saúde

SOLIDARIEDADE

- Tornar o concelho de Sintra num território sem barreiras para os cidadãos portadores de deficiências
- Instalar sistemas de sinalização sonora nas passagens de peões semaforizadas, rampas de acesso para cadeiras de rodas nos edifícios públicos
- Transformar uma quinta abandonada num espaço modelar, de partilha entre cidadãos com deficiência, à semelhança do "Share Village" da Irlanda

M.R.

RESTRIGENDA AUTÁRQUICA

Agora que estamos prestes a ir para eleições autárquicas podemos reflectir sobre o exercício dos órgãos e dos seus titulares no período que vai desde a eleição até à tomada de posse dos novos eleitos.

A nossa lei ainda tem diversas lacunas. Zonas brancas que não estão previstas e reguladas na ordem jurídica e que, por isso, são susceptíveis de criar dúvidas na actuação dos órgãos autárquicos, mesmo aproveitamentos capciosos e até problemas sérios.

Agora que estamos prestes a ir para eleições autárquicas podemos reflectir sobre o exercício dos órgãos e dos seus titulares no período que vai desde a eleição até à tomada de posse dos novos eleitos.

É uma quadra curta, que deverá durar menos de um mês, em regra, pois a lei estabelece que a posse deve ser conferida até ao vigésimo dia posterior ao apuramento definitivo dos resultados eleitorais, sendo certo que a proclamação dos resultados do apuramento geral deve ocorrer até ao quarto dia posterior ao da votação.

A experiência ensinou-nos que durante este curto lapso de tempo os autarcas agem parcimoniosamente, com redobrada cautela e contenção e, dada a sua cultura democrática, fazem reverter para os seguintes titulares dos órgãos as decisões e deliberações importantes.

Não obstante, o mesmo saber, de experiência feito, também nos mostrou que nem sempre assim é, que nem todos usam de um recto procedimento político, havendo o conhecimento de casos de manifesto aproveitamento dos últimos dias de Poder para se concretizarem procedimentos decisivos para o futuro, designadamente em matérias de admissão de pessoal, de contratação de obras públicas, de aquisição de serviços, de concessões, de aprovação de obras e licenciamentos a favor de particulares, enfim de comprometimento a longo prazo ou mesmo definitivamente, da autarquia perante determinados interesses, ainda que legítimos.

Mas, seja como for, analisadas as coisas por um prisma de bons princípios, salta à evidência que importa ao interesse público disciplinar este período político.

E, aí, deve vigorar um princípio de limitação, através da introdução de normas adequadas de restrição aos poderes dos órgãos das autarquias locais e dos seus titulares.

Nesse tempo, após as eleições e enquanto se espera a tomada de posse dos novos órgãos autárquicos, os membros cessantes, em funções, devem ficar sujeitos ao Direito e Dever de tratar dos assuntos autárquicos, a que não se podem eximir, claro, mas apenas no que concerne aos casos correntes e inadiáveis que não envolvam deliberações de fundo.

Este quadro deve ser bem detalhado na lei, especificando-se as matérias em que opera a limitação de competências e a sua extensão e alcance.

O facto de se tratar de um muito curto período de tempo, como acima se assinalou, encoraja e facilita o legislador para ser ousado e extensivo na limitação.

Porém uma restrição forte e ampla, como defendemos, tem a implicação de contender com prazos legais de decisão, diversos, plasmados em outra e vária legislação, e que, em regra, são estabelecidos no interesse dos particulares.

Em nossa opinião devem então tais prazos suspender-se, dando-se primazia à segurança política face a interesses particularistas que devem aguardar, eventualmente, meia dúzia de dias, e que só ocorrerá uma vez de quatro em quatro anos.

Situação diferente já será quanto às Comissões Administrativas, empossadas em consequência da queda e dissolução dos órgãos, ou de instalação de novas autarquias, as quais, circunstancialmente, podem governar por períodos de tempo bastante mais vastos. Basta pensar que são proibidas eleições intercalares nos seis meses anteriores ou posteriores à realização de eleições gerais.

Nestes casos excepcionais das Comissões Administrativas, deve estabelecer-se, também, uma restrição às competências e poderes que podem exercer, limitadas apenas à prática de actos inadiáveis e correntes, como regra, mas sem encargo para não impedir estritamente, quando for, justificadamente, necessário, a possibilidade de ir mais além, tal como os prazos legais, das mais diversas matérias a decidir, têm de correr, pois não se devem impedir totalmente os negócios públicos nem postergar os interesses dos particulares, quando se trata de tão largos períodos temporais.



LUÍS PITA AMEIXA

OPINIÃO

VILA VELHA DE RÓDÃO

MARIA DO CARMO SEQUEIRA APOSTA NA HABITAÇÃO E TURISMO

A presidente da Câmara Municipal de Vila Velha de Ródão, Maria do Carmo Sequeira, eleita pelo PS, vai recandidatar-se ao cargo nas próximas autárquicas de Outubro.

A adopção de "medidas favoráveis para jovens adquirirem habitação em vários loteamentos" daquele concelho de Castelo Branco e a aposta no turismo de qualidade "para atrair visitantes e promover os produtos locais" são duas das prioridades da autarca socialista Maria do Carmo Sequeira para o próximo mandato.

Maria do Carmo Sequeira quer ainda ver concluídas a Casa de Artes e Cultura do Tejo e a Biblioteca Municipal, a primeira em curso e a segunda já adjudicada, dois projectos marcantes na área cultural, outra das grandes apostas da candidata



socialista.

Falando no almoço de apresentação dos candidatos socialistas aos diferentes órgãos autárquicos de Vila Velha de Ródão, Maria do Carmo

Sequeira, em jeito de balanço, afirmou que "foram três anos e meio de grande dedicação, empenho e intenso trabalho e que apesar da forte contenção orçamental, das indefinições e alterações políticas não ficámos de braços cruzados e trabalhámos".

Quanto aos compromissos assumidos, a autarca socialista disse que "estrategicamente foram resolvidos os problemas prioritários em todas as freguesias e na sede do concelho", sublinhando que é preciso investir no desenvolvimento sustentado de todo o concelho, porque "só assim será possível continuar a apostar no turismo de qualidade que, cada vez mais, traz visitantes ao nosso concelho, mantendo e fomentando as unidades hoteleiras e promovendo os nossos produtos locais de qualidade".

PENICHE

UM NOVO MANDATO PARA COMPLETAR CONJUNTO DE OBRAS

O autarca socialista Jorge Gonçalves, que preside ao município de Peniche, anunciou a sua recandidatura a um "terceiro e último mandato", nas próximas eleições autárquicas.

"Vou recandidatar-me porque pretendo completar uma série de obras no sentido de aumentar a qualidade de vida das pessoas do concelho de Peniche", explicou.

Ao "Acção Socialista", Jorge Gonçalves afirmou que "as grandes apostas são as pescas, o mar, a agricultura e o turismo de qualidade",



dando como exemplo a pousada da Enatur que vai ser construída na fronteira de Peniche.

Um museu das rendas, um pavilhão multiusos e um parque da tecnologia e do conhecimento são equipamentos que o actual presidente da Câmara quer edificar no próximo mandato. O candidato socialista avançou ainda que pretende realizar obras como a construção da biblioteca municipal, do parque de lazer da cidade, a marina, e iniciar a construção de um circuito pedonal da península de Peniche.

MONDIM DE BASTO

HUMBERTO CERQUEIRA DE NOVO NA CORRIDA À PRESIDÊNCIA

O professor Humberto Cerqueira encabeça de novo a lista do PS à Câmara de Mondim Basto, com o objectivo de conquistar pela primeira vez o poder neste concelho de Vila Real e lançar as bases para a dinamização da economia local.

A candidatura de Humberto Cerqueira, elegeram prioridades a construção de melhores acessibilidades no concelho, a dinamização da economia local, a promoção do turismo e as políticas de apoio aos jovens e idosos.

Humberto Cerqueira, de 39 anos, professor e director da Escola Profissional de Fermil, é membro da Comissão Política Concelhia e militante do PS desde 2001.

Ao anunciar a candidatura de Humberto Cerqueira, o PS de Vila Real concluiu a lista dos candidatos às 14 câ-



maras do distrito, que vão ser apresentados numa festa que decorrerá dia 10 de Julho, em Vila Pouca de Aguiar. Os cinco presidentes de câmara eleitos pelo PS em 2001 vão candidatar-se a

um novo mandato, designadamente Fernando Rodrigues, em Montalegre, Vítor Almeida, no Peso da Régua, Francisco Ribeiro, em Santa Marta de Penaguião, João Teixeira, em Murça, e Artur Cascarejo, em Alijó.

Carlos Miranda é o candidato a presidente da Câmara de Mesão Frio, Rodrigo Pizarro avança por Sabrosa, a advogada Feliciano Andrade por Vila Pouca de Aguiar e Altamiro Claro encabeça a lista em Chaves.

Os restantes candidatos socialistas no distrito são Artur Vaz, por Vila Real, Ema Gonçalo, por Valpaços, João Noronha de Carvalho, por Ribeira de Pena, e Abílio Pereira, por Boticas.

Por Valpaços candidata-se Ema Gonçalo, em Ribeira de Pena, é João Noronha de Carvalho que encabeça a lista, Abílio Pereira é o candidato de Boticas e Artur Vaz o de Vila Real.

ODIVELAS

SUSANA AMADOR NO CAMINHO DA VITÓRIA

“Esta é a noite da afirmação, da esperança e da confiança no futuro”, afirmou no dia 21 Susana Amador, no jantar de apresentação da sua candidatura à presidência da Câmara Municipal de Odivelas, sublinhando que “representa um vasto movimento cívico que assenta numa via de evolução e confiança”.

Quanto ao projecto que apresenta aos municípios de Odivelas identificou como eixo estratégico a implementação de uma nova geração de políticas locais que assenta na dinamização da economia local e na fixação de emprego, na promoção da qualidade de vida em sentido lato, na dinamização da educação, cultura, desporto e mobilidade social. E que promove, ainda, uma cidadania solidária e activa.

Perante cerca de 700 pessoas, a camarada Susana Amador referiu ainda que a candidatura se irá mobilizar em torno de um compromisso que visa, entre outros objectivos, aprofundar as relações com o Governo, Assembleia da República e Administração central para captar os investimentos e equipamentos necessários para o município, colocar as políticas sociais e de desenvolvimento no centro das prioridades, erigir a educação e a cultura como um dos sustentáculos da acção



do Executivo, manter um crescimento urbano sustentável, melhorar as acessibilidades e dinamizar a economia local.

Seguiram-se as intervenções de Jorge Coelho, Rui Cunha e Joaquim Raposo, entre outros, que enalteciam as qualidades da candidata e apelaram à mobilização.

Logo no início do jantar foi passado um filme que registou o depoimento de um

vasto conjunto de personalidades da vida social e política acerca da candidata Susana Amador. Foi assim que se ouviram os dirigentes socialistas Jorge Coelho, António José Seguro, Jorge Lácio, Osvaldo Castro e Ramos Preto, a mandatária da candidatura, a historiadora Maria Máxima Vaz, o mandatário para a Juventude, o actor Diogo Morgado, e a presidente da Comissão de Honra, Edite Estrela.

ALMADA

ALBERTO ANTUNES QUER EMPRESAS DE BASE TECNOLÓGICA NO CONCELHO

O deputado socialista Alberto Antunes está confiante na sua eleição para a presidência do município de Almada, apesar de reconhecer que tem pela frente um “combate político estimulante e uma adversária de respeito”. Falando no dia 15, no jantar de apresentação da sua candidatura à autarquia de Almada, uma iniciativa que reuniu na Charneca da Caparica largas centenas de militantes e simpatizantes socialistas, o camarada Alberto Antunes acusou o Executivo camarário da CDU de “transformar Almada numa chaga” ao permitir o aparecimento de construções ilegais e o “crescimento urbanístico desordenado e desregrado”.

O candidato do PS acrescentou ainda que a actual maioria “não tem um hoje



um projecto e uma ideia para inverter a tendência de estagnação e abandono a que o concelho está votado”.

Alberto Antunes propõe-se acabar com a imagem de Almada enquanto “subúrbio-dormitório” de Lisboa, estimulando a fixação no concelho de empresas ligadas ao sector das novas tecnologias de informação

No final do jantar interveio o coordenador nacional das Autárquicas do PS, Jorge Coelho, que se manifestou convicto de que a candidatura de Alberto Antunes à Câmara de Almada representa uma alternativa credível à gestão desgastada e imobilista da CDU. “Estamos a procurar apresentar uma candidatura forte, credível, com políticas alternativas sólidas. Mas está nas mãos dos eleitores poderem ou não criar condições para haver uma mudança”, afirmou.

IDANHA-A-NOVA

ÁLVARO ROCHA REAFIRMA APOSTA NA ÁREA SOCIAL

O aprofundamento das políticas sociais é o grande objectivo da recandidatura a um segundo mandato do presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, o socialista Álvaro Rocha.

Na apresentação pública da sua candidatura no passado dia 26 no terminal rodoviário de Idanha, que contou com a presença dos secretários de Estado

Fernando Serrasqueiro, Valter Lemos e Laurentino Dias, o camarada Álvaro Rocha afirmou que a “questão social” vai estar no centro da sua acção política, com uma especial atenção à população jovem e idosa.

Nesse sentido, o candidato socialista anunciou que pretende criar o “cartão jovem raiano” e o “cartão raiano + 65”, e

concluir a construção de três lares da terceira idade, entre outras medidas que visam melhorar a qualidade de vida dos idosos e fixar a população jovem.

Perante mais de duas mil pessoas, Álvaro Rocha referiu ainda a aposta no turismo, através de uma grande campanha de divulgação das potencialidades do concelho e da recuperação do património.

BOTICAS

ABÍLIO PEREIRA À CONQUISTA DE BASTIÃO LARANJA



Abílio Pereira é o candidato escolhido pelo PS para concorrer à presidência da Câmara de Boticas, distrito de Vila Real, autarquia liderada pelo PSD desde o 25 de Abril.

A candidatura de Abílio Pereira elegerá como prioridades a protecção do ambiente e a melhoria da qualidade de vida das populações rurais do concelho, as quais maioritariamente se dedicam à agricultura.

Nas anteriores eleições, o PSD venceu com 63,7 por cento dos votos, seguindo-se o PS com 28,8 por cento, a CDU com 1,8

por cento e o CDS-PP com 1,1 por cento dos votos. Gestor, Abílio Pereira, de 53 anos, foi funcionário do Ministério do Trabalho e da Solidariedade.

O candidato já encabeçou a lista do PS à câmara de Boticas em 1980 e há oito anos que desempenha as funções de deputado municipal.

Os cabeças-de-lista do PS às autárquicas de Outubro no distrito de Vila Real vão ser apresentados numa festa que decorrerá no dia 10 de Julho, em Vila Pouca de Aguiar.

Todos os cinco presidentes de câmara eleitos pelo PS em 2001 se vão recandidatar a um novo mandato, designadamente Fernando Rodrigues, em Montalegre, Vítor Almeida, no Peso da Régua, Francisco Ribeiro, em Santa Marta de Penaguião, João Teixeira, em Murça, e Artur Cascarejo, em Alijó.

Carlos Miranda é o candidato a presidente da Câmara de Mesão Frio, Rodrigo Pizarro avança por Sabrosa, a advogada Feliciano Andrade por Vila Pouca de Aguiar e Altamiro Claro encabeça a lista em Chaves.

Por Valpaços candidata-se Erna Gonçalves e, em Ribeira de Pena, é João Noronha de Carvalho que encabeça a lista.

CASCAIS

SOCIALISTAS ACUSAM CAPUCHO DE ESQUECER REQUALIFICAÇÃO DA BAIXA



A Concelhia de Cascais do PS acusou o presidente da Câmara Municipal, António Capucho (PSD), de não cumprir as promessas referentes às obras de requalificação da baixa da cidade.

Em comunicado, os socialistas de Cascais consideram que o Executivo municipal “pouco ou nada cumpriu” em relação à empreitada, que incluiu a remodelação da rede eléctrica, substituição de condutas de água, reforço da iluminação pública, requalificação das

calçadas, zonas de estacionamento, remoção de “graffitis” e novo mobiliário urbano.

Para o PS/Cascais, o Executivo municipal falhou na promessa de remoção de “graffitis” na baixa, que, afirma, “insistem em marcar presença por toda a parte”.

Os socialistas referem também que a zona envolvente à Cidadela “em lugar de albergar o tão desejado parque de estacionamento subterrâneo e zonas de lazer”, continua a ser “morada de um monte de entulho e de ferro-velho”.

Segundo ainda o PS/Cascais, a requalificação de calçadas “tem sido feita sem rei nem roque” e a “a intenção de reforçar a iluminação pública não passou disso mesmo”.

NOVOS DESAFIOS PARA MAIS DESENVOLVIMENTO

Uma estratégia de mais e melhor desenvolvimento para o concelho de Vila Real tem que ser pensada e desenvolvida à escala regional, e acontecerá de forma mais consistente e estruturante se for devidamente integrada pelo maior número possível de parceiros

De acordo com o Instituto Nacional de Estatística (dados de 2003), o rendimento médio de um cidadão da região plano de Lisboa e Vale do Tejo é três vezes superior ao de um habitante de Trás-os-Montes e Alto Douro. Enquanto o poder de compra na área metropolitana de Lisboa é de 137%, na região transmontana e alentejana situa-se apenas nos 57% do rendimento médio do País. Ainda de acordo com o INE, na região transmontana, são os concelhos de Bragança, Vila Real e Chaves, respectivamente com 87%, 84% e 69%, quem apresenta, apesar de tudo, os melhores indicadores.

Por outro lado, um estudo recente da Segurança Social, afirma que "Trás-os-Montes regista uma perda cada vez maior ao nível económico, social e demográfico", sendo que, novamente, apenas os três concelhos citados conseguem escapar, em parte, mas não totalmente, a este triste panorama, quer em termos de capacidade de criar riqueza, quer nos índices de desenvolvimento económico e social, de acordo com as metodologias seguidas pelas Nações Unidas.

Para cúmulo, e apenas citando o caso do concelho de Vila Real, havia, no final do passado mês de Março, mais de 2.500 pessoas que se encontravam desempregadas, representando quase 5% da população total.

À primeira vista, poderíamos ser levados a pensar que, vivendo nós num concelho onde os indicadores de desenvolvimento são um pouco menos graves que os dos nossos vizinhos, isso seria motivo de orgulho e satisfação. Mas não o deve ser, quanto mais não seja por uma questão de sobrevivência e afirmação próprias. Isto porque o facto de Vila Real ser o centro físico e o pólo mais importante, (em termos económicos, sociais e demográficos) da região, projecta, também para o seu próprio seio, as fragilidades do todo regional. Logicamente que os nossos indicadores seriam bem melhores, se estivessemos inseridos numa zona económica e socialmente mais robusta. Mas como promover mais desenvolvimento numa zona tão frágil como é hoje a nossa região?... O PRASD (Programa de Recuperação de Áreas e Sectores Deprimidos), estudo encomendado pelo Governo de Durão Barroso e coordenado pelo economista Daniel Bessa, relativamente a potencialidades e apostas a desenvolver, é demasiadamente parco e insuficientemente preciso e ambicioso, mas, ainda assim, aconselha: prosseguir "o projecto de desenvolvimento turístico do Douro, preconizado pela API"; "apoiar a criação de um centro de excelência nos domínios florestal e agro-pecuário", aproveitando as virtualidades da UTAD; promover a criação de "novas empresas nas áreas das novas tecnologias da informação e da comunicação". Como recomenda uma aposta mais agressiva nas potencialidades e excelência dos vinhos do Porto e Douro e nas Águas e Estâncias Termiais.

Pela sua parte Francisco Cepeda, um dos transmontanos que mais tem estudado as questões do nosso desenvolvimento, defende uma estratégia integrada, que deve apostar em simultâneo em quatro sectores: sectores tradicionais, sobretudo as produções do sector primário; as potencialidades da fileira florestal; o turismo, visto na sua globalidade e com profissionalismo; e o sector das novas tecnologias, nos concelhos que têm ensino superior. "Todos estes sectores têm que ter a montante e a jusante o ambiente, que é algo que temos de preservar" (in "Semanário Transmontano", de 20-05-2005).

Como se vê, as duas propostas não diferem muito entre si, faltando apenas, encontrar os caminhos certos para a sua concretização. Caminhos que devem passar, a meu ver e antes de tudo o mais, por uma capacidade de concertação e por formas activas de colaboração estreita e permanente dos municípios da região entre si, e dos municípios com a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, o Instituto Politécnico de Bragança, as Associações Empresariais e de Desenvolvimento, os Empresários... na concretização de ideias e projectos, no âmbito dos sectores referidos. Uma estratégia de mais e melhor desenvolvimento para o concelho de Vila Real tem que ser pensada e desenvolvida à escala regional e acontecerá de forma mais consistente e estruturante se for devidamente integrada pelo maior número possível de parceiros. Parceiros de todo o Trás-os-Montes e Alto Douro, mas também parceiros activamente consistentes de outras zonas da Região Norte. Porque "o desenvolvimento não se compadece com pequenas áreas do país, tem que ter uma dimensão mínima para que ocorra. A desgraça começa quando os autarcas pensam só no seu concelho, na sua capela" (Francisco Cepeda).



ARTUR VAZ

Candidato do PS à Câmara Municipal de Vila Real

OPINIÃO

OEIRAS

EMANUEL MARTINS ESTÁ CONFIANTE NA VITÓRIA

A criação de uma "cidade digital", a exemplo do que acontece com várias cidades europeias, e a construção de um parque de lazer temático, são algumas das apostas de Emanuel Martins, o candidato do PS à presidência da Câmara de Oeiras. Emanuel Martins é vereador da Câmara de Oeiras desde as autárquicas de 1997, depois de ter ocupado o cargo de presidente da Assembleia Municipal, e já foi deputado pelo PS.

Em declarações ao "Acção Socialista", Emanuel Martins afirmou estar "confiante" na vitória nas autárquicas de Outubro, prometendo "muito trabalho e empenhamento" para atingir tal objectivo. O candidato socialista referiu ainda estar em preparação um programa eleitoral que tem como objectivo central fazer com que a ideia de "gostar de viver em Oeiras se afirme; quer para os residentes, quer para todos aqueles que trabalham no concelho". Emanuel Martins, cuja candidatura deverá ser apresentada no dia 5 de Julho, avan-



çou com algumas das suas propostas, como a atribuição de bonificações na taxa de renda às empresas do município que construam creches ou instituições de ensino pré-escolar. Com esta medida, frisou, "podemos contribuir para que os trabalhadores destas empresas, nomeadamente as mulheres, possam ter mais tempo livre para usufruir, melhorando

assim as suas condições de vida". Mas, acrescentou, "também as empresas terão benefícios, porque funcionarão melhor". A construção, no Estádio Nacional, o maior complexo desportivo do país, de um equipamento para as várias federações desportivas, com as quais a câmara procurará estabelecer protocolos para a prática desportiva dos jovens de Oeiras, é outra das promessas eleitorais.

Emanuel Martins referiu ainda que tenciona criar um Grande Fórum Permanente para a Cidadania, que será acompanhado por um provedor do município, e uma rede de transportes públicos "de qualidade e segura", para "tirar mais carros da circulação".

Para travar uma certa invasão do betão que se tem acentuado nos últimos anos em Oeiras, sob o olhar despreocupado dos dois últimos presidentes de câmara do PSD, agora arqui-rivais, o candidato socialista prometeu uma revisão do Plano Director Municipal (PDM) com "regras claras".

PORTIMÃO

MANUEL DA LUZ QUER CIDADE MAIS COMPETITIVA E DINÂMICA

Fazer de Portimão "um município dinâmico e competitivo no contexto da sociedade do conhecimento e da informação", é o objectivo central da recandidatura de Manuel da Luz à presidência da Câmara.

Falando no dia 18 na apresentação pública da sua candidatura no Parque de Feiras e Exposições de Portimão, que contou com a presença do dirigente socialista Pedro Silva Pereira, o camarada Manuel da Luz, depois de passar em revista a obra realizada à frente da câmara, apontou como prioridades para o próximo mandato recenter Portimão à



volta do rio Arade, apostar na requalificação urbana, na formação profissional, no ambiente e qualidade de vida e empreender um combate à pobreza, à exclusão e à marginalidade. Manuel da Luz sublinhou ainda que decidiu recandidatar-se em "obediência estrita" à avaliação que fez da realidade do município de Portimão e à noção que tem dos interesses desta região e das responsabilidades que o PS, "nestes anos de desenvolvimento do concelho, soube merecer e que é amplamente reconhecido pela autoridade dos eleitores".

SECÇÕES DE ACÇÃO SECTORIAL HOMENAGEIAM CUSTÓDIA FERNANDES

O jardim da sede nacional do PS foi palco no passado dia 20 de Junho de uma justa e sentida homenagem das 38 Secções de Acção Sectorial e Temáticas da FAUL à camarada deputada Custódia Fernandes, no dia do seu aniversário, pela luta constante nas áreas sindical e política em favor dos mais desfavorecidos e de uma sociedade mais fraterna e solidária. Entre as largas dezenas de camaradas que participaram neste tributo a uma das mais destacadas militantes e sindicalistas do PS desde há 30 anos, destaca para a presença dos camaradas Marcos Prestrello, Maria de Belém, Rui Cunha, António Campos, Rodolfo Crespo, Miguel Coelho e Dias Baptista, entre outros.



Impossibilitados de estar presentes, enviaram mensagens os camaradas José Sócrates, Mário Soares, Almeida Santos, Jorge Coelho, Manuel Alegre, Ferro

Rodrigues, António Costa, Capoulas Santos, Edite Estrela, Jaime Gama e ainda a UGT, que realçaram as qualidades humanas, políticas e sindicais da deputada socialista.

A homenagem, que impulsionou a actividade da esmagadora maioria das Secções de Acção Sectorial, agradeceu comovida esta prova de amizade e solidariedade, nomeadamente num momento particularmente difícil que atravessa devido ao recente falecimento do seu marido, João Jofre, outro grande militante e autarca socialista. A homenagem prosseguiu com um jantar-debate, que teve lugar no Clube dos Empresários.

JOSÉ LUÍS CARNEIRO

“DAR VOZ POLÍTICA A BAIÃO”

Retirar Baião do esquecimento e proporcionar ao concelho condições de desenvolvimento económico e social são razões que estão na origem da candidatura de José Luís Carneiro à Câmara Municipal. Se for eleito presidente deixa a promessa de restabelecer o “ambiente democrático no funcionamento” da autarquia. Em entrevista ao “Acção Socialista”, José Luís Carneiro promete ainda cooperar com os outros municípios do distrito do Porto e desenvolver o potencial agrícola, florestal e ambiental de Baião.

Quais as prioridades programáticas de uma alternativa socialista para o município de Baião?

Restituir a democracia a Baião, lançar as bases de um verdadeiro plano de desenvolvimento económico e social e dar voz política a uma terra que continua esquecida.

Quais os compromissos que assume se ganhar as eleições?

Em primeiro lugar, desejo ser um presidente de todos os cidadãos baionenses, independentemente da sua filiação ou simpatia partidária. O mesmo princípio será seguido na relação com as instituições da sociedade civil e com as autarquias de freguesia. Comigo à frente da Câmara, o associativismo e os autarcas de freguesia participarão activamente na definição das prioridades municipais. Relativamente à oposição, comprometo-me a cumprir o essencial do estatuto da oposição: atribuir um gabinete de trabalho aos vereadores da oposição; enviar-lhes a documentação de suporte às reuniões com a antecedência suficiente para análise e ponderação dos assuntos; ouvir especialmente a oposição por altura do plano e orçamento e incluirei propostas suas no documento. Comigo voltará a existir o “período de antes da ordem do dia” que foi extinto com esta maioria PSD, atitude a que nunca tinha assistido. Quanto à relação com a Assembleia Municipal, comprometo-me a respeitar todas as suas competências e atribuições. Tudo farei para que exista um diálogo plural e profícuo entre os dois órgãos. Como é evidente, todos estes compromissos não fariam sentido no século XXI, pois, deveria tratar-se do regular funcionamento das instituições democráticas locais. Contudo, em Baião, desde 1993 que se instalou um poder autocrático que tudo pretende controlar e asfixiar. Daí que a principal preocupação tenha que ser o restabelecimento de um ambiente democrático no funcionamento da Câmara — enquanto sete vereadores eleitos e com igual legitimidade — e no relacionamento desta com os funcionários da autarquia, com a sociedade civil e com as autarquias de freguesia. Um ambiente democrático ajudará muito ao desenvolvimento económico e social.

Em termos de projecto político para o concelho?

Como se sabe, da qualidade da democracia depende muito o desenvolvimento económico e social e as coisas estão profundamente relacionadas. Mas, além deste objectivo, nós temos a ambição de lançar as bases de um plano de desenvolvimento económico e social. Esse plano, orientado pelos princípios da igualdade de oportunidades e da solidariedade, tem que ter como prioridade a criação de emprego e a coesão social. Nos últimos 50 anos, cerca de 10 mil pessoas deixaram Baião. E, nos últimos 12, mais mil pessoas foram viver para outros Concelhos. É curioso notar que o nosso Concelho, em resultado das políticas de coesão social e territorial, lançadas pelos governos de maioria socialista, e excluindo as obras directamente executadas pelo poder central, como está a acontecer com a ligação de Baião ao IP/4, recebeu nos últimos 12 anos mais de 15 milhões de contos em dinheiro. Apesar de ter recebido todo este dinheiro, apresenta indicadores que nos colocam entre os mais pobres do País e da União Europeia: temos um rendimento per capita de apenas um quarto do rendimento médio de um cidadão da cidade do Porto; 74 por cento dos nossos jovens não concluem o 12.º ano de escolaridade; 50 por cento não concluem o 9.º ano de escolaridade; temos cerca de 2000 pessoas no desemprego; algumas das empresas que mais trabalhadores empregavam faliram; a construção civil, sector responsável por grande parte do emprego masculino, está em profunda crise.

Ora, significa isto que não chega derramar dinheiro sobre os territórios e sobre as pessoas. É necessário estabelecer prioridades e garantir a qualidade no investimento público para que possa produzir resultados de médio e longo prazo.

E quais são os projectos concretos?

Defendo, por isso, a definição de um plano de apoio aos sectores da agricultura, da floresta e do ambiente. Nós temos um imenso potencial em termos de produtos agrícolas, florestais e ambientais. As prioridades nestes sectores deverão estar concentradas na abertura e limpeza de



caminhos rurais e florestais; no apoio à certificação de produtos e à sua inserção em redes de comercialização nacionais e internacionais. Temos todas as condições para desenvolver a agricultura biológica. No capítulo da floresta, temos que procurar parcerias com a direcção-geral de florestas, com o centro de emprego e com as estruturas de protecção civil de modo a promovermos a gestão integrada da floresta e a reflorestação de áreas que estão hoje completamente abandonadas. Neste domínio, temos também que promover a limpeza de caminhos florestais, a construção de novos pontos de água e a criação de pontos de observação da natureza. O levantamento e a sistematização da nossa biodiversidade tem que constituir um objectivo estratégico, devido ao potencial em termos de turismo de natureza, quer de rio, quer de montanha. Neste capítulo, temos condições para sermos um “pulmão verde” da Área Metropolitana do Porto. Tudo deve ser articulado com as instituições representativas dos diversos sectores.

Mas, o projecto passa apenas pela natureza?

É claro que não, embora esta deva desempenhar um papel estratégico do ponto de vista da qualidade de vida e da aposta no turismo. Temos prioridades para o comércio, para as empresas e para o turismo. Defendo um sistema de incentivos ao comércio tradicional, que passa hoje por grandes dificuldades. Em nosso entender, este sector, tão esquecido pelo poder político, tem uma grande importância económica e sócio-cultural. De facto, além do emprego que cria e do contributo para o rendimento das famílias e do orçamento municipal, constitui em muitos locais o único espaço cívico existente. É lá que se convive e se discutem os problemas comuns. Por isso, o sistema de incentivos tem que contemplar o plano das taxas municipais e o apoio técnico e jurídico a este sector. De preferência, este apoio deve ocorrer em parceria com a Associação Comercial e Empresarial. No que diz respeito à indústria/empresas defendo o alargamento das zonas industriais em termos de espaço e a sua transformação em zonas empresariais,

permitindo o armazenamento e a comercialização. O custo dos terrenos tem que ser um elemento de atracção dos investidores. A autarquia tem que criar um sector que trate exclusivamente do apoio aos investidores.

Por último e em relação à perspectiva de desenvolvimento económico, precisamos de criar infra-estruturas que vocacionem o Concelho para o rio Douro e para o turismo de montanha, onde possuímos um dos campos arqueológicos mais ricos de toda a Península Ibérica. As infra-estruturas devem ser lançadas numa parceria entre o poder público e os investidores privados e devem ter como preocupação a possibilidade dos turistas usarem as plataformas do Douro como portas de entrada no interior do Município. Essas visitas devem permitir estimular e promover o conhecimento de todo o património cultural e paisagístico da nossa terra. Arqueologia, a música, as danças e os cantares, a literatura, o artesanato, a gastronomia, as paisagens, o desporto e o lazer. Todas estas vertentes devem estar integradas num projecto que dê a conhecer a riqueza do Concelho. É claro que estas apostas pressupõem a concretização da ligação de Baião/IP4 e entre Baião e Ponte da Ermida/Resende/IP3 e ainda a ligação Soalhães/Mosteiro/Cinfaes. Estas ligações aproximar-nos-ão dos principais centros urbanos do distrito do Porto e de Viseu.

E no plano social?

Aqui as prioridades vão para a educação, a formação, a qualificação ao longo da vida e para o apoio à infância e aos mais idosos. Comigo à frente da Câmara as crianças do Concelho terão transportes escolares, alimentação nas escolas, acesso às novas tecnologias da informação e comunicação, línguas, educação física e educação musical. Só para ter uma ideia, visitei todas as escolas do Concelho, não há uma única criança carenciada que beneficie do apoio social escolar para a aquisição de livros, ou para qualquer outro equipamento. Não há biblioteca escolar. Uma outra prioridade estará relacionada com o reforço do apoio domiciliário aos mais idosos. Para o efeito, e em colaboração com as entidades de saúde locais e regionais, queremos apoiar as instituições

particulares de solidariedade social de modo a que possam incluir no apoio domiciliário (higiene habitacional e alimentação) a componente da saúde. Apoiaremos ainda as instituições a desenvolverem projectos que sirvam o objectivo de combater o isolamento dos mais idosos, sobretudo durante o período nocturno.

Todos estes vectores de desenvolvimento económico e social deverão ser enquadrados pelo Plano Director Municipal que pretendo rever a partir de Outubro. Neste Plano deverão estar a Carta Local de Educação, a Carta Local do Ambiente, o plano municipal de emergência; o Plano Social, o Plano da Juventude; o Plano Desportivo, entre outros vectores.

Por último, proponho-me dar voz política a Baião. Toda a nossa região carece de um Plano de Desenvolvimento Integrado (PDI). Defendemos esse plano durante a campanha das legislativas e ficou inscrito no compromisso distrital do PS. Os municípios do interior do distrito do Porto têm problemas conjuntos, daí que tenham que promover a cooperação para enfrentar essas dificuldades e para exigir ao Governo mais atenção para estes problemas. Por exemplo, contrariamente à actual presidente da Câmara de Baião, eu apoio a entrada de Cinfaes, Resende e Mesão Frio para a Comunidade Urbana do Tâmega (COMURB).

Qual o balanço que faz da gestão do PSD?

O balanço é muito negativo. Apesar do esforço de algumas pessoas, sobretudo no primeiro mandato, o autoritarismo, a ausência de um pensamento estratégico e a incapacidade para agregar pessoas e instituições, deitou a perder milhões e milhões de contos. Fizeram-se obras. Mas, se perguntarmos qual o sentido que se quer dar a essas obras, ninguém da actual maioria é capaz de responder! Falhou um rumo, uma estratégia. A maior prova está nas cerca de 1000 pessoas que abandonaram o Concelho nos últimos anos. Os agricultores não têm qualquer tipo de apoio. A floresta tem vindo a desaparecer. O comércio atravessa uma grande crise e continua a ser fustigado com as taxas municipais. Os investidores querem investir e a maioria PSD cria-lhes imensos problemas e, por vezes, até persegue alguns desses investidores. No turismo, nada se fez de verdadeiramente significativo. Na área social, tem existido uma tentativa de controlo das instituições. Quando o poder não consegue esse controlo, cria novas instituições a escassos metros das já existentes. O mais grave é que tudo tem vindo a acontecer com o apoio da administração central. É um autêntico desperdício de recursos financeiros. Entre outros problemas graves que não cumpre agora referir. As pessoas que reflectem e escrevem sobre o futuro concelho estão, na esmagadora maioria, com o nosso projecto. Foram doze anos de um exercício autoritário do poder. É por todas estas razões que sou candidato. O Concelho precisa de uma nova vontade, de novos projectos e de novas pessoas. E os baionenses sabem que contam sempre comigo.

APROVADAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO ATÉ 2009



Assegurar uma trajectória de crescimento sustentado, melhorar a qualidade de vida e também do nosso sistema democrático, reforçar a coesão social e territorial, valorizar o posicionamento de Portugal e constituir uma política de defesa adequada foram as cinco principais linhas Grandes Opções do Plano (GOP) aprovadas pelo Governo para o período 2005-2009.

Segundo Pedro Silva Pereira, ministro da Presidência, o documento será submetido à consideração do Conselho Económico e Social, bem como à análise e aprovação pela Assembleia da República, traduzindo "o compromisso do Governo de seguir uma estratégia de desenvolvimento de médio e longo prazo no horizonte da presente legislatura".

As GOP para os próximos quatro anos visam dar a Portugal "um rumo para a sua modernização, com coesão social", mediante apostas no conhecimento, na qualificação dos portugueses, na tecnologia e na inovação, "bem como num amplo conjunto de políticas sociais", frísou Silva Pereira, acrescentando de seguida que

as Grandes Opções do Plano aprovadas pelo Executivo socialista pretendem igualmente "reduzir a pobreza, criar mais igualdade de oportunidades, melhorar a qualidade de vida e reforçar a coesão territorial num quadro de sustentável desenvolvimento e elevar a qualidade da democracia, através da modernização do sistema político".

Outro dos objectivos das GOP é o de contribuir para "melhor inserção internacional do nosso país".

Porte de armas mais restrito

Na mesma reunião do Conselho de Ministros realizada no dia 15 foi igualmente decidido restringir o porte de armas e acesso a munições, assim como combater a proliferação de "armas brancas", procurando deste modo prevenir fenómenos de criminalidade de forma mais eficaz. As principais linhas da proposta governamental foram apresentadas pelo ministro de Estado e da Administração Interna, António Costa, que sublinhou

como aspecto fundamental deste diploma "a revisão profunda do actual enquadramento jurídico do uso e porte de armas e suas munições".

O objectivo de uma nova lei baseada nesta proposta, venceu Costa, "racionalizar" a utilização de armas, "sobretudo em função do fim a que se destinam e do seu grau de perigosidade".

De acordo com o titular da pasta da Administração Interna, a proposta vai restringir "o regime jurídico relativo ao fabrico, montagem, reparação, importação, exportação, transferência, armazenamento, circulação, comércio, aquisição, cedência, guarda, segurança, uso e porte de arma, abrangendo as suas componentes e as munições".

O governante adiantou ainda que o diploma prevê "o regime das operações especiais de prevenção criminal, a realizar em áreas delimitadas geograficamente, tendo em vista reduzir o risco de prática de infracções, bem como de outros crimes que se encontram associados" a essas mesmas infracções.

Segundo o comunicado do Conselho de Ministros, o diploma vai definir "um novo enquadramento sistemático das situações em que a lei passa a autorizar o uso e porte de armas", procurando combater a "proliferação" das chamadas armas brancas.

Autorizado aluguer de 22 helicópteros

Entretanto, de acordo com uma resolução do Conselho de Ministros publicada em "Diário da República", mais de duas dezenas de helicópteros ligeiros serão alugados a um consórcio privado para tornar mais eficiente o combate aos fogos que anualmente consomem as florestas portuguesas.

No âmbito de um concurso público internacional promovido pelo Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil (SNBPC), foi seleccionado o consórcio Heliportugal-Helibravo para o aluguer de 22 aeronaves equipadas com balde, tripulação e serviços de manutenção

durante o ano de 2005, num total de 2.550 horas de serviço.

O aluguer dos aparelhos representará uma defesa na ordem dos 9,4 milhões de euros. Segundo a Autoridade Nacional para os Incêndios Florestais (ANIF), está previsto estar em funcionamento a 1 de Julho um conjunto de 49 aeronaves.

Todos estes meios aéreos vêm reforçar as seis aeronaves para combate a incêndios que estão no terreno desde dia 9 de Junho. Recorde-se que, face à seca prolongada que atinge Portugal há vários meses, a "época de fogos" começou este ano a 15 de Maio, 15 dias antes do que é habitual. Os três ramos das Forças Armadas – Exército, Força Aérea e Marinha – desenvolvem, paralelamente, missões de patrulha, detecção e apoio às populações durante o referido período.

As áreas protegidas e as matas nacionais contam também com o trabalho na área da prevenção de cerca de dois mil jovens voluntários, no âmbito do programa governamental "Luta Contra o Fogo – Missão Impossível".

CEM DIAS DE CORAGEM GOVERNATIVA

O lançamento do Plano Tecnológico e a adopção de medidas "de combate à pobreza e de relançamento das políticas sociais" foram as marcas da acção governativa nos primeiros cem dias de exercício de funções executivas, em que sobressaiu também a atitude corajosa de pôr em prática medidas difíceis mas necessárias para a consolidação das finanças públicas.

"Ao contrário do que muitos previam, o Governo não adiou as decisões difíceis de que o país precisa à espera das eleições autárquicas, nem hesitou em enfrentar, quando necessário, os

interesses corporativos mais poderosos", reivindica o Executivo em documento distribuído na Presidência do Conselho de Ministros.

Face aos anteriores governos de coligação de direita, a actual equipa liderada por José Sócrates inaugurou "um estilo de governação para recuperar a confiança", do qual, entre vários exemplos, destaca-se o facto de o primeiro-ministro ter conduzido "o processo de formação do Governo com inédita descrição e respeito institucional".

Além do ataque aos interesses corporativos instalados com decisões

que visaram a classe política e o sector das farmácias, o Executivo defende ainda ter conseguido agir com rapidez em situações de emergência.

"Em diversas situações difíceis, como o problema da entrada em vigor do Código da Estrada, ou a situação de seca, o Governo revelou estar atento e demonstrou capacidade de resposta à altura das circunstâncias", salienta a nota, evidenciando ainda a celeridade e seriedade com que a equipa governativa socialista "soube reagir ao relatório da Comissão Independente sobre o valor do défice".



CONTENÇÃO DA DESPESA PÚBLICA

SACRIFÍCIOS DISTRIBUÍDOS POR TODOS

Colocar o défice do Estado em 6,2 por cento já no final do corrente ano é uma das metas principais da proposta de Orçamento Rectificativo (OR) para 2005 aprovada pelo Conselho de Ministros e que será debatida no Parlamento a 6 de Julho.

"O Governo mandou o ministro de Estado e das Finanças, Luís Campos e Cunha, para proceder aos ajustamentos finais", adiantou o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, à saída da reunião da passada quinta-feira dia 23.

Este valor de 6,2 por cento do défice no final de 2005 — mas que se pretende reduzir até aos três por cento em 2008 — foi anunciado pelo ministro Campos e Cunha, após a Comissão Independente de Avaliação das contas públicas ter estimado que o défice do país poderia atingir os 6,83 por cento no final de Dezembro.

Recorde-se que, durante o debate mensal de Maio, no Parlamento, o primeiro-ministro apresentou como medidas de urgência para a obtenção de receitas e corte nas despesas por parte do Estado, além de aumentos de impostos, a cativação de cinco por cento das verbas destinadas aos hospitais (e que não se destinam a salários), a reavaliação dos compromissos do sector da defesa nacional e uma maior tributação dos lucros de instituições de crédito e sociedades financeiras que exercem a sua actividade na Zona Franca da Madeira.

A entrega de uma proposta de Orçamento Rectificativo para 2005 ficou definida pelo Governo logo nos primeiros dias após ter tomado posse, prevendo-se então que pudesse ser aprovada em Junho, depois a divulgação dos resultados da auditoria às contas do Estado a cargo da equipa liderada por Vítor Constâncio.

Com o Executivo a ser surpreendido com uma estimativa de défice alarmante que o

colocava bem perto dos 7 por cento no final de 2005, a proposta de OR deixou de ser encarada apenas como uma mudança de prioridades em relação ao anterior Governo de direita, mas também como "um dos mais importantes passos para o início da consolidação da despesa pública".

Congelados vencimentos de administradores de empresas públicas

Ainda no âmbito da estratégia de emergência que visa ultrapassar a crise económica e financeira que o país atravessa, o Governo do Partido Socialista decidiu a uma que congelar os vencimentos dos administradores de empresas públicas até 2006 e eliminar a atribuição de prémios de gestão relativos aos anos de 2004 e 2005.

"Queremos que as medidas de contenção da despesa pública sejam justas e equitativas, de forma a permitir que os sacrifícios pedidos sejam distribuídos por todos", explicou, Pedro Silva Pereira, acrescentando que no prazo de 150 dias, o Executivo "aprovará o estatuto dos administradores das empresas públicas", diploma que contemplará matérias como os direitos, obrigações, responsabilidade, regime remuneratório e limites a acumulações remuneratórias.

A resolução aprovada em Conselho de Ministros abrange conselhos de administração e gestão de entidades públicas empresariais, sociedades anónimas de capitais exclusiva ou maioritariamente públicos e institutos públicos.

Além da anulação dos prémios de gestão e do congelamento dos salários, a resolução prevê a "limitação a um máximo de 12 meses do abono de despesas de



representação dos administradores das empresas públicas" e a limitação do valor das viaturas de serviço afectas a administradores.

Nesse último caso, a resolução refere que será eliminada a possibilidade de "exercício da opção de aquisição de viatura de serviço por parte dos administradores".

Acresce que, no prazo de 30 dias após a publicação do diploma, é obrigatório "comunicar aos ministros de Estado e das Finanças e da respectiva tutela sectorial" o "elenco completo das remunerações principais ou acessórias".

Neste último ponto, o Governo quer incluir "adicionais remuneratórios por exercício de funções em sociedades participadas, bem como quaisquer regalias e benefícios suplementares em vigor no corrente ano para os titulares dos respectivos órgãos de gestão e de administração".

Aumenta retribuição mínima dos trabalhadores independentes

No que diz respeito ao financiamento do

sistema de Segurança Social, a equipa governativa liderada por José Sócrates decidiu aumentar para 1,5 salários mínimos nacionais (562,05 euros) o valor mínimo da retribuição mensal obrigatória para efeitos de descontos dos profissionais independentes.

Até agora, as contribuições destes trabalhadores eram calculadas por referência a um Salário Mínimo Nacional (374,70 euros).

A decisão do Executivo de aumentar o montante mínimo de retribuição mensal para 1,5 salários mínimos, salvaguarda, no entanto, "situações excepcionais".

De salientar que o ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, já tinha manifestado a intenção de aproximar as remunerações declaradas dos trabalhadores independentes do seu rendimento real, uma vez que, lembrou, "existem centenas de milhar que descontam com base numa remuneração convencional".

"O nosso compromisso é aproximar as contribuições pagas ao rendimento real, exceptuando quem efectivamente tem

rendimentos reais ao nível do Salário Mínimo Nacional", afirmou em Abril último o titular da pasta do Trabalho a propósito deste tema.

Já no que diz respeito ao regime que antecipava a idade de reforma dos desempregados para os 58 anos de idade, sem penalizações, o Conselho de Ministros procedeu à aprovação da sua revogação.

O Governo decidiu ainda suspender o regime de flexibilização da idade de acesso à pensão de reforma por antecipação.

Criado Alto Comissariado da Saúde

Entretanto, o Executivo do PS aprovou um decreto regulamentar que extingue a Comissão Nacional de Luta contra a sida, criando em sua substituição o Alto Comissariado da Saúde, organismo que funcionará na directa dependência do ministro Correia de Campos.

Segundo o comunicado do Conselho de Ministros, o Alto Comissariado da Saúde estará autonomizado da Direcção-Geral da Saúde e terá como missão "a coordenação e articulação das actividades desenvolvidas pelos serviços e organismos do Ministério da Saúde e do Serviço Nacional de Saúde".

Refira-se ainda que o "novo serviço de coordenação interministerial será presidido por um alto-comissário da Saúde", integrando ainda quatro coordenadores nacionais, responsáveis pelos programas nacionais de prevenção e controlo das doenças cardiovasculares, oncológicas, infecções VIH/sida pelo programa nacional para a saúde das pessoas idosas e cidadãos em situação de dependência.

ARRENDAMENTO URBANO

ACTUALIZAR RENDAS SEM DESPEJOS NEM RUPTURAS SOCIAIS

O Governo PS quer limitar a um máximo de 75 euros a actualização das rendas anuais contratualizadas até 1990, à luz da proposta sobre o novo regime de arrendamento urbano, aprovada em Conselho de Ministros.

Na apresentação do diploma, o secretário de Estado da Administração Local, Eduardo Cabrita, adiantou que os contratos de arrendamento comercial anteriores a 1995 também terão uma actualização anual limitada a 75 euros. A actualização de renda será feita por um período de cinco anos, mas, ressaltou o governante, aplicar-se-á um período de dez anos de transição aos arrendamentos habitacionais em

que os arrendatários invoquem auferir um rendimento anual bruto inferior a cinco retribuições mínimas nacionais, ou ter idade superior a 65 anos.

Eduardo Cabrita adiantou de seguida que a proposta prevê também um período de dez anos de actualização do arrendamento comercial, quando o arrendatário seja uma micro-empresa ou pessoa singular e tenha adquirido o estabelecimento por trespasse ocorrido há menos de cinco anos.

"Esta é uma lei de actualização de rendas e não de despejo ou de rupturas sociais", vinco, numa crítica ao diploma elaborado pelo anterior Executivo de coligação, acrescentando

que, tanto os contratos de arrendamento particulares como os comerciais, terão no primeiro ano uma actualização de renda limitada a 50 euros, passando a ser de 75 euros nos anos seguintes.

Por outro lado, a avaliação de cada prédio terá por base "a fórmula de cálculo do valor tributário desse mesmo prédio nos termos do código de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), o qual será alvo de uma intervenção legislativa", afirmou o secretário de Estado, informando igualmente que os prédios que se encontrem devolutos há mais de um ano "terão um agravamento para o dobro do imposto municipal imobiliário".

Da mesma forma, se o edifício a arrendar



não tiver condições de habitabilidade, "não poderá conhecer uma actualização de rendas", uma vez que ela "dependerá de obras por parte do proprietário". Se as obras forem feitas pelo arrendatário, "o valor das obras será deduzido na renda

futura", referiu Eduardo Cabrita que, ainda a propósito do objectivo de promover a requalificação urbana, sublinhou que obras em prédios sem condições de habitabilidade poderão ser feitas a cargo da respectiva câmara municipal.

O IMPORTANTE É PORTUGAL

O orçamento de verdade do PS será o de 2006. Nesse sim, em toda a dimensão e extensão se perceberão as diferentes políticas que o Governo chefiado por José Sócrates tem para Portugal e para os portugueses.

Nestes dias em que se esgrimem de novo argumentos em volta dos números do défice do Orçamento do Estado, sobram sobretudo adjetivos. Da parte do Governo, se o qualificativo "embuste" estabelece com nitidez o legado recebido de Santana Lopes e Bagão Félix, afirma-se de seguida que "verdade" e "transparência" são o alfa e o ómega do orçamento rectificativo.

A oposição replica. Se para Ribeiro e Castro o nível da despesa pública é "obsceno", para Marques Mendes o documento é uma "encenação" e um "enorme monstro", e para Jerónimo de Sousa o rectificativo é omissivo no "combate à fraude de evasão fiscal".

A semântica política não traz nada de novo para o debate. As palavras são usadas de acordo com as conveniências e os jogos partidários que é preciso fazer.

Relevante mesmo, na abordagem económica e financeira, são os números que encerram uma realidade não escamoteável. Deixando de parte as análises para os especialistas, o ponto que interessa salienta é que a comissão Constâncio apurou um défice estimado de 6,83 por cento e que o orçamento rectificativo baixa para 6,24 esse valor. Importa no entanto sublinhar, em nome da verdade, que esta estimativa pode sofrer ajustamentos e fixar-se abaixo dos seis pontos percentuais por via estatística, uma vez que a base de cálculo do PIB terá como referência o ano de 2000 e não de 1995. No entanto, evidenciam-se também que as medidas anunciadas pelo Governo do PS só produzirão efeito no segundo semestre deste ano, e, portanto, as suas implicações práticas no que respeita aquilo que foi o exercício orçamental do anterior Executivo, apenas evitam males maiores no respeitante ao descontrolo das contas públicas e suas implicações económicas.

O orçamento de verdade do PS será o de 2006. Nesse sim, em toda a dimensão e extensão, se perceberão as diferentes políticas que o Governo chefiado por José Sócrates tem para Portugal e para os portugueses. Mas, a avaliar pela contestação sentida no último mês, e tendo em conta as dificuldades em que o país se encontra, é lógico pensar que a agitação social terá tendência a aumentar, tanto mais que o Governo tem vindo a abrir diversas frentes de batalha com as chamadas corporações e com os interesses instalados. Por isso, é importante que o PS se una em torno do seu líder, do Governo e da maioria no Parlamento, confiando que o caminho é estreito, mas que é possível sair desta situação com determinação, coragem e ambição, para colocar novamente Portugal entre os países mais desenvolvidos do mundo.

PS. Foi com muito gosto que aceitei o convite para continuar a desempenhar as funções de director-adjunto do "Acção Socialista". Depois de ter trabalhado na direcção do jornal com os camaradas António José Seguro e Augusto Santos Silva, a quem aproveito para enviar um forte abraço, quero dizer ao meu amigo Jorge que pode sempre contar comigo para fazermos um "Acção Socialista" ainda melhor.



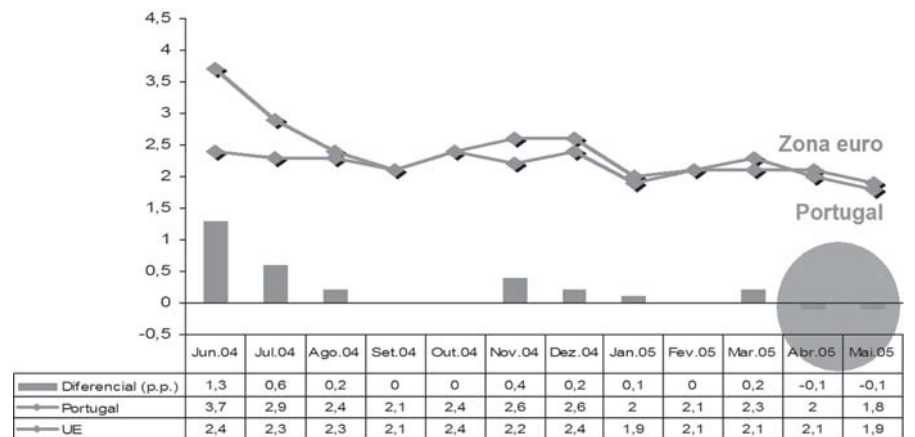
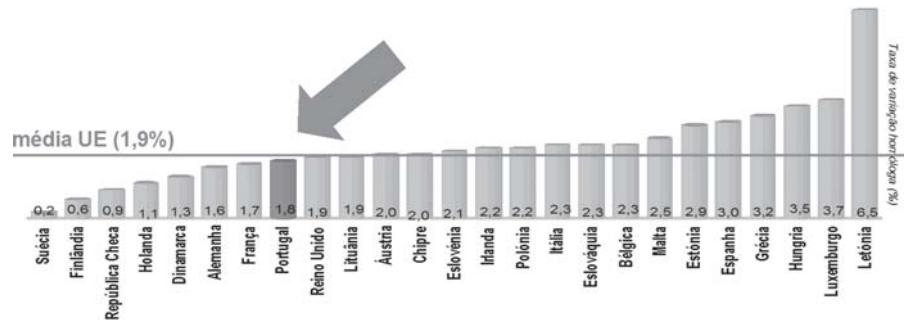
SILVINO GOMES DA SILVA
silvino@ps.pt

OPINIÃO

TAXA DE INFLAÇÃO EM PORTUGAL ABAIXO DA MÉDIA DA EUROPA

Pelo 2º mês consecutivo, Portugal apresenta uma taxa de inflação homóloga abaixo da média da Zona Euro e da União Europeia, colocando-se na 8ª posição.

No ano passado, em Maio de 2004, Portugal posicionava-se em 14º lugar: melhorou 6 posições! **MARINA DUTRA**



VALONGO

CANDIDATA SOCIALISTA QUER COMBATER O ATRASO DO CONCELHO

A candidata do PS à Câmara de Valongo, a ex-jornalista Maria José Azevedo, prometeu combater o atraso do concelho e retirá-lo da "cauda" da Área Metropolitana do Porto. "A palavra de ordem em Valongo vai ser a mudança", afirmou Maria José Azevedo na apresentação, à Comunicação Social, da sua candidatura. Para a candidata socialista, que realizou um trabalho notável como vereadora da Câmara do Porto durante dois dos mandatos de Fernando Gomes, "trazer para cima o último dos nove concelhos da Área Metropolitana do Porto será um grande desafio". "Além dos dados estatísticos do con-

celho, basta percorrer as cinco freguesias Alfena, Campo, Ermesinde, Sobrado e Valongo para encontrarmos um leque de problemas de base em termos infra-estruturais de extrema gravidade", referiu. Segundo Maria José Azevedo, os transportes em Valongo assentam numa lógica de "total dependência" do Porto, não existindo um sistema interno que ligue as freguesias e os núcleos urbanos entre si.

"A Câmara Municipal não soube, ou não quis, planear no sentido de garantir o desenvolvimento e a qualidade de vida para todos", acusou Maria José Azevedo, apontando como "mau exemplo" a

localização da nova biblioteca de Valongo, recentemente inaugurada, que classifica como "investimento perdido". "Por ter sido colocada num sítio distante, acaba por ser uma infra-estrutura mal aproveitada", acrescentou. Maria José Azevedo criticou ainda a "notória falta de capacidade reivindicativa, de exigência e de visão" da gestão camarária do PSD, que lidera o concelho há 12 anos, referindo a falta de dinamismo que Valongo tem mostrado quer na "polémica quanto à localização do Centro Materno Infantil do Norte", quer na construção do IC24, "que deixou para trás" o concelho.

Accção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR **Jorge Seguro Sanches** DIRECTOR-ADJUNTO **Silvino Gomes da Silva** | REDACÇÃO **J.C. Castelo Branco** cbranco@ps.pt; **Mary Rodrigues** mary@ps.pt; **Rui Solano de Almeida** rsolano@ps.pt | SECRETARIADO **Virginia Damas** virginia@ps.pt | PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA **Francisco Sandoval** francisco@ps.pt EDIÇÃO INTERNET **José Raimundo**; **Francisco Sandoval** | REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 | DEPÓSITO LEGAL Nº 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal ou para accaosocialista@ps.pt

www.p.s.p.t / a.c.c.a.o

SETÚBAL

CATARINO COSTA QUER CONCELHO NO RUMO DO CRESCIMENTO

Luís Catarino Costa promove, no próximo dia 7 de Julho, a apresentação pública da sua candidatura à Câmara Municipal de Setúbal, durante um jantar que terá lugar no pavilhão do Clube Naval Setubalense.

Gestor e administrador de empresas, Luís Catarino Costa aposta na sua larga experiência de gestão empresarial e autárquica e no seu profundo conhecimento das realidades e dos problemas de Setúbal, para "recuperar um concelho que já foi um exemplo de dinamismo e progresso governado pelo PS" e que atravessou um mandato autárquico de gestão CDU "caracterizado por imobilismo, estagnação, compadrio, incapacidade e incompetência".

Ao "Acção Socialista", Luís Catarino Costa acrescenta que se propõe "devolver a confiança às forças vivas do concelho", tanto do ponto de vista económico como das instituições, associações e colectividades das áreas cultural e recreativa.

Paralelamente, aposta na concretização de um programa virado para o "aproveitamento integral das enormes potencialidades estratégicas" do concelho — a sua localização privilegiada, no litoral, a escassos



quilómetros da capital e de Troia, o rio Sado, a baía, as praias, o porto de mar e de pesca, a serra da Arrábida, a tradição e riqueza cultural e artística, os monumentos, a gastronomia, unidades industriais de grande, média e pequena dimensão, abundância de recursos humanos bem preparados e experientes do ponto de vista académico e tecnológico.

Inconformado com o abandono e desleixo a que estão votados inúmeros espaços e edifícios, como o Convento de Jesus, o Quartel do 11, o Terminal TIR, a Fonte Luminosa, a zona ribeirinha, os bairros sociais, inconformado com a inexistência de uma única obra emblemática no mandato, com o escandaloso atraso na concretização de programa Polis, com o regresso de novos bairros de barracas, erradicadas em 2001 com o programa PER, Luís Catarino

Costa aposta na "atração de novos investimentos propiciadores da criação de riqueza e emprego" para recolocar Setúbal no rumo do crescimento económico equilibrado e sustentável, num quadro em que a Câmara terá de dar especial atenção aos problemas dos jovens, dos idosos, dos deficientes e dos mais desfavorecidos.

Presidente da Concelhia de Setúbal e membro da Comissão Nacional do PS, actualmente vereador e líder da oposição municipal à CDU, Luís Catarino Costa desempenhou já outros cargos, nomeadamente vogal da Comissão Regional de Turismo de Setúbal-Costa Azul, vogal do Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados, vice-presidente da Assembleia Metropolitana de Lisboa e presidente da Assembleia Municipal de Setúbal.

SOBRAL

PEDRO CARDOSO ACREDITA QUE "A MUDANÇA É POSSÍVEL"

"Muito trabalho e dedicação à causa pública", prometeu no dia 18 o candidato socialista à presidência da Câmara Municipal de Sobral de Monte Agraço, Pedro Cardoso, que elegeu a saúde, a solidariedade, as acessibilidades e a juventude "como prioridades imediatas" caso vença as eleições de Outubro.

Falando na sessão de apresentação dos candidatos autárquicos socialistas no concelho do Sobral de Monte Agraço, que decorreu no pavilhão do Soeirinho completamente cheio, Pedro Cardoso assumiu o compromisso de "tudo fazer" junto do poder central para que seja acelerado o processo de construção de um novo Centro de Saúde na vila e de criar valências entre a Câmara e a Santa Casa local que permitam "assegurar o apoio domiciliário a idosos débeis e acamados em todo o concelho".

Para fixar a população jovem no concelho e criar emprego, o candidato socialista quer "promover a integração urbana de uma nova área empresarial à dimensão do concelho" e criar "um centro de apoio à iniciativa empresarial".

Pedro Cardoso quer ainda melhorar os acessos, propondo-se apresentar um plano de intervenção para a vila, concluindo diversas infra-estruturas e uma circular regional externa de Sobral. A criação de um museu de artes e ofícios no antigo matadouro municipal e o relançamento de algumas actividades desportivas com tradição, como a minimaratona e a prova de ciclismo são outras apostas do candidato socialista, que reafirmou que "a mudança é possível e necessária" numa câmara que está nas mãos da CDU há 25 anos.

Discursaram ainda José Manuel Gonçalves, presidente da Concelhia do Sobral, José Augusto Carvalho, presidente da FRO, Carlos Bernardes, ex-vereador no Sobral, Maria Amélia Antunes, presidente da Câmara do Montijo e Miranda Calha, deputada e dirigente nacional que com o seu testemunho deixaram uma mensagem que é possível uma mudança nas próximas eleições autárquicas.

MAIOR TRANSPARÊNCIA NAS NOMEAÇÕES DE CARGOS PÚBLICOS

O Governo viu aprovadas no Parlamento, com os votos favoráveis do PS e do BE, e com votos contra do PSD, PCP e CDS, as novas regras sobre nomeações políticas para altos cargos públicos.

Coube ao ministro dos Assuntos Parlamentares a defesa e explicação da proposta de lei que o Governo levou à apreciação do plenário. Medidas que o ministro Santos Silva, considerou como "uma peça fundamental na modernização da Administração Pública".

Com a aprovação das novas regras sobre nomeações para os altos cargos públicos, e segundo o ministro Santos Silva, fica claro, a partir de agora, que só os altos cargos de direcção superior — director-geral, sub-director geral ou presidentes de institutos públicos —, possam ser nomeados pelo critério da confiança política, cessando as respectivas funções quando muda o Governo.

Segundo o espírito da nova lei, o critério da confiança política deixará de ser extensivo, como sucedeu até agora, aos cargos de direcção intermédia.

Como explicou na Assembleia da República o ministro Santos Silva, com a aprovação destas novas disposições legais relativas às nomeações para os altos cargos, quatro objectivos essenciais passarão a ficar clarificados: desde logo, como referiu, os cargos dirigentes, por executarem políticas

públicas definidas pelos Governos, "devem ter os seus mandatos vinculados aos mandatos de quem os nomeiam". Esta situação, permitirá reduzir o número, "hoje demasiado lato", dos cargos que a prática transformou em cargos de confiança política, conseguindo-se este objectivo, como explicou, "com a previsão de regimes próprios, independentes das mudanças eleitorais", e isto para os secretários-gerais e para os inspectores-gerais, bem como em relação às direcções de serviços de natureza predominantemente técnica. Em terceiro lugar, sublinhou o ministro dos Assuntos Parlamentares, com a introdução da chamada "carta de missão" para os dirigentes máximos, instrumento que o governante classifica de fundamental, tendo em vista, como referiu, a avaliação do seu desempenho das funções que lhes estão atribuídas, fica aberta a perspectiva do Governo poder ajudar a estimular e a qualificar o profissionalismo da Administração Pública, reforçando a gestão por objectivos e avaliando-se de forma mais evidente os resultados obtidos.

Um quarto e último objectivo, diz respeito à reintrodução da lógica do concurso público na selecção e recrutamento para os cargos intermédios de direcção. Para Santos Silva esta solução permitirá a posterior nomeação de directores de serviço e chefes de divisão, "garantindo,

sem prejudicar" a celeridade no recrutamento, a transparência e a independência da referida nomeação.

Com a aprovação pelo Parlamento das novas regras, elas passarão a representar uma ruptura com o cenário legal até aqui conhecido. Um mudança, relembra o ministro Santos Silva, "necessária e saudável", permitindo, simultaneamente, "de acordo com o espírito de contenção e sobriedade republicana que tem animado o Governo", encontrar novos caminhos e outras soluções, nomeadamente para as questões dos rendimentos auferidos pelos dirigentes da Administração Pública, que, "mesmo quando optem pelos vencimentos da sua posição de origem, fica estabelecido que a sua remuneração nunca poderá exceder o ordenado base do primeiro-ministro".

Para o responsável pela pasta dos Assuntos Parlamentares a proposta do Governo "é límpida" e ajuda a clarificar dois ou três pontos básicos tendo em vista a qualificação da Administração Pública: esclarecer o que é de confiança política "e como tal deve ser tratado", reduzindo, neste particular, a amplitude de critérios; escolher as direcções intermédias recorrendo à figura do concurso; incentivar a formação dos dirigentes e avaliar o seu desempenho tendo por base a função das missões que lhes sejam formal e publicamente atribuídas.

R.S.A.

PARLAMENTO

REQUERIMENTOS MAIS RECENTES

O PS PERGUNTA

Assunto: Construção do Centro de Saúde de Viatodos-Barcelos

Apresentado por: Deputado Manuel Mota

Assunto: Recuperação e correcção do traçado do IC2

Deputados requerentes: Odete João, Osvaldo Castro, Carlos Lopes e Isabel Vígia

Assunto: Compromissos assumidos com as populações de Calde e Lordosa

Apresentado por: Deputados Miguel Gínestal e José Junqueiro

Assunto: Ligação do N.º de Moselos ao IP5, junto ao Lidl

Apresentado por: Deputados Miguel Gínestal e José Junqueiro

Assunto: Recolha e Transporte de Resíduos Industriais Banais no Dist. de Évora

Apresentado por: Deputados Carlos Zorrinho e Paula de Deus

Assunto: Sampaio & Ferreira, S.A.

Apresentado por: Deputados Nuno Sá, Miguel Laranjeiro e Manuel Mota do Círculo eleitoral de Braga do Partido Socialista.

Assunto: Situação da Empresa Simtejo

Apresentado por: Deputados Marcos Sá e Pedro Farmhouse

Assunto: Amianto na Base Aérea de Beja vai ser guardado em sarcófago

Apresentado por: Deputado Marcos Sá

INICIATIVAS

O PS PROPÕE

117/X/1 — Estabelece o regime de gestão limitada dos órgãos das autarquias locais e seus titulares. [2005-06-16]

101/X/1 — Décima quinta alteração ao regime jurídico da eleição do Presidente da República. [2005-06-01]

EDUCAÇÃO: BONS RECURSOS PARA MAUS RESULTADOS?

Portugal apresenta hoje, em termos de comparações internacionais, resultados educativos muito fracos quer do ponto de vista quantitativo quer qualitativo. A taxa de abandono na escolaridade, sem conclusão do ensino básico, apresenta o incrível valor de 24,6 por cento. Por sua vez, no ensino secundário 44,8 por cento (!) de estudantes também não concluem o respectivo ciclo. Associado a estes inacreditáveis níveis de abandono, que nos colocam no fim da lista em toda a OCDE, o insucesso escolar apresenta resultados igualmente preocupantes e igualmente pouco dignos em termos internacionais. Assim, 8,1 por cento das nossas crianças reprovam e são retidas logo no 1º ciclo (sendo de 13,9% logo no 2º ano de escolaridade), 15,1 por cento no 2º ciclo, 18,8 por cento no 3º ciclo e 37,3 por cento no secundário (e é de referir que nos anos mais recentes tais dados mostram um recrudescimento do insucesso a que não pode ser alheio um discurso negativo sobre a educação que tem florescido em muitos sectores). Se tais dados fossem compensados com resultados educativos de qualidade, ainda se poderia argumentar que tão elevada selectividade tinha alguma compensação. Mas a verdade é que os estudos internacionais também nos colocam na cauda da UE e da OCDE. No mais recente PISA (Program for International Student Assessment), como no anterior, os resultados dos alunos portugueses são dos mais fracos de todos os países, quer seja na matemática, quer na língua materna, confirmando, aliás, os maus resultados anteriores em matemática e ciências obtidos no TIMSS (Third International Mathematics and Science Study).

Durante muitos anos, tais resultados foram justificados com as más condições de ensino das escolas e a falta de condições dos professores. Será possível continuar a aceitar tais justificações? Será que nos indicadores relativos a recursos estamos afinal tão mal como nos resultados?

Numa média global relativa aos ensinos básico e secundário, Portugal tem o melhor rácio de toda a OCDE no número de docentes por mil alunos – 105,1 (!), para uma média de 72,8 no conjunto dos países (69,6 na Finlândia com os melhores resultados no PISA). Analisando por níveis e ciclos de ensino temos 1 professor para 11 alunos no 1º ciclo do básico em Portugal sendo a média de 1 para 16,6. No 2º e 3º ciclo temos em Portugal 1 professor para 9,3 alunos e na OCDE 1 para 14,4. No secundário Portugal tem 1 para 7,5 e a média é de 1 para 13,1!

Quanto ao número de alunos por turma, no 1º ciclo em Portugal é de 18,7 (21,9 na média da OCDE) e de 18,0 a 22,0 nos outros ciclos do ensino básico (para uma média de 23,6 na OCDE).

Podem analisar-se muitos outros dados, mas a conclusão é sempre a mesma: Portugal está acima da média da UE e da OCDE nos indicadores de recursos da educação e das escolas e está muito abaixo nos indicadores de resultados. Por muito que nos custe, é preciso reconhecer que temos um grave (aliás muito grave) problema de eficiência pedagógica que é necessário resolver de forma urgente mas estruturada. Não precisamos poupar (o investimento na educação está na média da OCDE e continuamos a ter problemas estruturais graves que necessitam investimento como o alargamento do ensino secundário profissional e vocacional e o reordenamento do 1º ciclo do ensino básico), *mas precisamos de fazer melhor, aliás, muito melhor, com os recursos que temos*. E nem vale a pena falar do estatuto dos professores. Felizmente, Portugal é um dos países em que os professores têm mais elevado estatuto profissional, académico, social e até remuneratório (no topo da carreira é o 4º salário mais elevado da OCDE, em função do poder de compra de cada país, ainda que no início de carreira seja inferior à média, dado que é o 2º leque salarial mais elevado). Mas tal facto tem também que mostrar-se positivo nos resultados dos alunos e do ensino.

O desafio é pois valorizar o que temos. Mas não de forma abstracta com discursos redondos e inconsequentes sobre a importância da educação, o papel dos professores e as inalcançáveis reformas educativas. Mas sim com mais trabalho, melhor organização, melhor aproveitamento das condições e dos recursos, melhor e mais selectivo investimento nas condições das escolas e maior exigência e rigor com o trabalho de todos e de cada um. É nas alturas difíceis que se pode e deve fazer diferença; e afinal do trata a educação senão de fazer diferença para melhor?



VALTER LEMOS

OPINIÃO

DEBATE MENSAL COM O PRIMEIRO-MINISTRO

EDUCAÇÃO: UM DEBATE OPORTUNO



A educação foi a área escolhida pelo primeiro-ministro para ser tratada no âmbito do último debate mensal realizado na passada sexta-feira, dia 24 de Junho.

O tema não poderia ser mais oportuno. No mesmo dia terminava oficialmente o ano lectivo, a semana dos exames nacionais do 9º ano e do 12º ano e eram divulgadas as listas definitivas para a colocação de professores no próximo ano (antecipando os prazos em cerca de duas semanas).

A intervenção de José Sócrates não se ficou pelo simples assinalar de um primeiro sucesso no concurso dos professores (que como todos recordamos com os Governos PSD/PP foi conduzida de forma errática, levando a que os professores fossem colocados já as aulas se tinham iniciado). Ao longo do debate o primeiro-ministro sublinhou, alguns objectivos determinantes para a melhoria da educação dos jovens portugueses:

Estabilidade do corpo docente

O Ministério da Educação está já a trabalhar para que no próximo concurso seja privilegiada a estabilidade do corpo docente, reduzindo o fenómeno dos professores que todos os anos têm de mudar de escola. Fixar mais os professores à sua escola é condição para uma educação de qualidade;

Refeições escolares

Foi assumido o objectivo de, até final da legislatura, todos os alunos do primeiro ciclo do ensino básico terão

acesso a refeições escolares;

Horários alargados

As escolas do primeiro ciclo vão funcionar até às 17.30 e este alargamento de horários vai abranger metade dos estabelecimentos de ensino em 2005/2006;

Inglês

7000 professores de Inglês vão ser deslocados, no próximo ano lectivo, para escolas do primeiro ciclo para ensinar crianças dos 3.º e 4.º anos de escolaridade. A medida abrange em 2005/06, vinte e cinco por cento da população escolar;

Matemática

Será feito um investimento neste domínio, através de um programa de formação contínua para todos os professores dos 3º e 4º anos de escolaridade;

Tecnologias de informação

Nas escolas do primeiro ciclo irá funcionar um programa que visa a promoção da utilização das tecnologias de informação;

A intervenção de Sócrates foi também marcada pela nota de que "o Governo não agiu contra os professores" e que as medidas contestadas (o aumento da idade da reforma e o congelamento da progressão automática nas carreiras) têm de ser feitas em nome da salvaguarda do Estado social.

"Não queremos reduzir as prestações sociais do Estado", antes "acabar com os desperdícios e desigualdades injustificadas", afirmou o primeiro-ministro, para quem não é "admissível" a existência de 1327 professores "a exercer funções sindicais". Número, que em negociação com os sindicatos, será encurtado para 450 já este ano.



APRESENTAÇÃO DAS CANDIDATURAS

EMANUEL MARTINS OEIRAS::5 DE JULHO::20H00::PAV. ESC. SEC. DE MIRAFLORES

CATARINO COSTA SETÚBAL::7 DE JULHO::20H00::CLUBE NAVAL SETUBALENSE

Mais informações em www.ps.pt

